

# Esboço para uma tipificação de vozes *coletivas*: analisando pronunciamentos de posse da Nova República

*Towards a Typology of Collective Voices: Analyzing  
Presidential Inaugural Speeches of Brazil's Nova República*

Alvaro Magalhães Pereira  
da Silva  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
João Pessoa | PB | BR  
alvarompereiradasilva@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-1980-9750>

**Resumo:** Este artigo propõe um esboço para tipificar o que, em teorias enunciativas, se classifica como *voz coletiva*. A noção de voz é definida como a origem de um ponto de vista, que se relaciona a uma atitude sobre um conteúdo. O artigo parte das reflexões de Berrendonner (1981), Ducrot (1987 [1984]), Anscombe (2005, 2010), Nølke e colaboradores (2004, 2017), Carel (2011, 2023), Bastos (2017) e Nascimento (2020) para examinar os pronunciamentos de posse de Fernando Collor de Mello (1990) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003). Após definir categorias iniciais de análise com base na revisão bibliográfica, foi possível propor, pela comparação de fenômenos identificados no *corpus*, um quadro coordenado de classificações mais específicas. No primeiro nível, a *voz coletiva* foi subdividida em duas categorias principais: (a) prévia à enunciação; (b) construída na e pela enunciação. No segundo nível, a voz construída na e pela enunciação foi classificada em subcategorias conforme dois critérios: (b.1) o fenômeno que contribui para sua concretização e (b.2) a sua amplitude. A definição coordenada de categorias visou possibilitar o teste de suas interrelações em outros *corpora*.

**Palavras-chave:** *voz coletiva*; polifonia; enunciação; discurso político.

**Abstract:** This article outlines a typology for what is classified as *collective voice* in enunciative theories. Voice is understood as the origin of a point of view, linked to an attitude toward specific content. The study builds on the works of Berrendonner (1981), Ducrot (1987 [1984]), Anscombe (2005, 2010), Nølke et al. (2004,

2017), Carel (2011, 2023), Bastos (2017), and Nascimento (2020) to analyze the presidential inaugural speeches of Fernando Collor de Mello (1990) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003) of Brazil. Drawing on a literature review, initial analytical categories were defined, enabling the proposal of a coordinated framework with more detailed categories through *corpus* comparison. At the first level, the *collective voice* was subdivided into two main categories: (a) prior to enunciation and (b) constructed within and through enunciation. The latter was further classified into subcategories by (b.1) contributing phenomena and (b.2) scope. This coordinated definition of categories aimed to enable the testing of their interrelations in other *corpora*.

**Keywords:** collective voice; polyphony; enunciation; political discourse.

## 1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar um esboço para a tipificação do que, nos quadros de diversas teorias enunciativas, costuma ser classificado sob o nome geral de *voz coletiva*. Inserido no projeto de pesquisa *VozCol - Por uma tipologia de vozes coletivas*, este trabalho apresenta os resultados da revisão bibliográfica e das primeiras análises que empreendemos tomando como *corpus* pronunciamentos de posse de presidentes eleitos pelo voto direto na Nova República brasileira (1985-atualidade).

Mais especificamente, na elaboração do esboço aqui apresentado, partimos das reflexões de Berrendonner (1981) acerca da “opinião pública” e de um certo “fantasma da verdade”, bem como da releitura que delas fizeram Ducrot (1987 [1984]), Anscombe (2005, 2010), Nølke e colaboradores (2004, 2017), Carel (2011, 2023), Bastos (2017) e Nascimento (2020) para, em seguida, examinarmos os pronunciamentos de posse de Fernando Collor de Mello e de Luiz Inácio Lula da Silva proferidos no parlório do Palácio do Planalto, respectivamente em 15 de março de 1990<sup>1</sup> e 1º de janeiro de 2003.

Esclarecemos que, neste trabalho, entendemos por voz certa origem de um ponto de vista (doravante PDV), cuja definição varia de acordo com a abordagem enunciativa, mas que costuma ser relacionada a uma atitude sobre um determinado conteúdo. Particularmente em nossa abordagem, que difere da perspectiva de outros autores, a atitude é sempre um julgamento do tipo epistêmico e o conteúdo, sempre outros PDVs – o que torna o PDV, em nossa perspectiva, recursivo e não-referencial (Pereira da Silva, no prelo, p. 6).

<sup>1</sup> Conforme previsto no artigo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, parte integrante da Constituição de 1988, o mandato de José Sarney, anterior ao de Collor, vigorou até março de 1990 (Brasil, 1988).

Esclarecemos também que a hipótese que nos levou à escolha do *corpus* tem em conta que, em seus pronunciamentos inaugurais, os presidentes costumam realizar acenos tanto às suas bases eleitorais, em tom de vitória, como, por vezes, a seus opositores, em tom de conciliação, o que parece tornar tais pronunciamentos férteis na projeção de *vozes* atribuídas a diferentes grupos e com diferentes características. Vale ressaltar ainda que a análise de um *corpus* não extensivo possibilitou um exame mais detido, com a comparação entre si das *vozes* observadas e a identificação de características que variam de uma incidência para outra.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa busca contribuir com os estudos sobre o fenômeno da polifonia, dialogando tanto com as proposições seminais de Ducrot (1987 [1984]) no célebre capítulo final da obra *O dizer e o dito*, como com seus desdobramentos mais recentes. Do ponto de vista prático, esperamos que o refinamento da noção de *voz coletiva* possa colaborar com a descrição e a interpretação de um momento histórico caracterizado pelo aprofundamento das divisões sociais, tendo em vista, sobretudo, o papel exercido nesse contexto por discursos que mobilizam (positiva ou negativamente) PDVs compartilhados por grupos.

Embora o projeto *VozCol* adote uma abordagem eminentemente qualitativa, de caráter exploratório, buscamos, no caso particular deste artigo, incluir também certa quantificação, com o intuito de, em nossa conclusão, comparar os pronunciamentos de Collor e Lula, evidenciando o préstimo da tipificação proposta.

A seguir, apresentamos os dois pronunciamentos. Em seguida, traçamos um breve panorama da noção de *voz coletiva* para, depois, expormos as análises, chegando, finalmente, à nossa proposta.

## 2 Pronunciamentos de posse na Nova República: Collor e Lula

Em nosso projeto, tomamos como marco inicial da Nova República a posse, em 1985, de José Sarney, primeiro civil a exercer o cargo de presidente, após o fim da ditadura militar iniciada com o golpe de Estado de 1964. No ano seguinte à posse de Sarney, escolhido ainda indiretamente na chapa encabeçada por Tancredo Neves, seriam eleitos os deputados que elaborariam a Constituição de 1988. Destacamos, no entanto, que a expressão Nova República – de origem incerta – é mais antiga.<sup>2</sup>

Marcado pela redemocratização, o período costuma ter, durante o rito de posse de seus presidentes, dois pronunciamentos do novo chefe de governo: o primeiro, no interior do Congresso Nacional, diante dos legisladores; o segundo, já com a faixa presidencial, no púlpito que há na área externa do Palácio do Planalto, diante da população que acompanha a cerimônia. É sobre esse segundo pronunciamento, no geral mais curto que o primeiro, que nos debruçamos.

No Quadro 1, transcrevemos, de acordo com as normas do Projeto NURC (Preti, 1999 [1993], p. 11-12), o pronunciamento de posse realizado no parlatório do Palácio do Planalto em 1990 por Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto na Nova República:

<sup>2</sup> Breve consulta ao acervo do jornal *O Estado de S. Paulo* sugere que o termo, já utilizado ocasionalmente, se popularizou a partir de 15 de novembro de 1984. Na ocasião, Tancredo Neves, que se colocava como candidato à Presidência de oposição à ditadura militar, utilizou a expressão para se referir ao período que se iniciaria com a volta dos civis ao poder durante seu discurso de campanha e em comemoração à Proclamação da República. No dia seguinte, o jornal estampou em sua manchete “Tancredo quer a ‘Nova República’”, grafando a expressão com letras maiúsculas e entre aspas. A incidência do termo na publicação saltaria de 23, em 1984, para 1.470, em 1985.

Quadro 1 – Pronunciamento de posse de Fernando Collor de Mello no parlatório do Palácio do Planalto em 15 de março de 1990

**COLLOR:** ((C1:)) minha gente amiga ... do Brasil ... ((C2:)) a transição demoCRÁtica ... se comple::ta neste ins-TANte ... com a posse de um presidente da rePÚblica ... eleito pelo voto diREto da maioRia do povo brasileiro ... ((C3:)) todos nós ... temos compromissos ... COM a democracia ... tão duramente conquistada ... temos compromissos ... com a justiça socia::l ... temos compromissos ... com o desenvolvimento ... com a liberdade e com o progresso que haverá de nortear os RUmos deste país ... a partir deste fim de março ... ((C4:)) QUEro neste instante ... em que recebo ... a faixa presidencial ... símbolo ... da chefia do Estado ... e de (governo) ... da rePÚblica federativa do Brasil ... voltar ... o melhor do meu pensamen::to ... e a maior das minhas preocupações ... para a iMENsa maioria de brasileiros ... a quem eu devo esta conquista democrática ... aos descamisados ... aos pés descalços ... ((C5:)) àQUEles que QUErem ... jusTIça social no país ... para poder viver (dignamente) ... ((C6:)) chegamos ... neste di::a ... depois de uma luta ... que incandesceu este país ... ((C7:)) as paixões ... estavam livres ... o disCURso ... garantIdo por uma Constituição ... o processo democrático assegurADO ... pelas forças vivas da sociedade brasileira ... ((C8:)) e chegamos para cumprir uma miSSÃO ... para cumprir um mandato ... que não perTENce ... a uma pessoa ... na figura do presidente da RePÚblica ... que não pertence ... somente a um partido ... ((C9:)) mas pertence a TOdo o Brasil ... que deseja estar uNIdo neste momento ... para que possamos retirar a nação brasileira ... desta angústia ... e do trágico cotidiano ... com que se debate miLHÕES e miLHÕES de brasileiros ... ((C10:)) quero ... nesse insTANte ... jurar a vocês ... diante do altAR das minhas convicções ... de que haverá conjuntamente ... com o Congresso Nacional ... com o Poder JudiciÁrio ... respeitando a indepenDÊNcia e harmonia dos poderes ... ((C11:)) juro a vocês .. diante do altar das minhas convicções ... que ao lado do povo brasileiro ... da sociedade civil organizada ... nós haveremos SI::M minha gente ... de reconstruir o NOsso país para recupeRARmos a confiança ... no seu verdadeiro destino ... ((C12:)) volto ... também neste momento ... o meu pensamento ... para minha querida Alagoas ... para o meu NorDESt ... para TOdos os recantos deste país de norte a sul ... para aqQUE:les ... que sofrem hoje ... com o salário baixo ... com falta de educação de saúde ... com falta até de esperança ... ((C13:)) volto os meus olhos e as minhas preocupações ... para vocês ... ((C14:)) E me comprometo mais uma vez ... a DAR o melhor de mim ... a dar a minha saúde a minha PRÓpria vida se neceSSÁrio for ... para cumprir ... RIgorosamente com o nosso programa de governo ... ((C15:)) que DEUS ... ajude ... o presidente da república ... que Deus ajude os seus ministros ... que Deus ajude o nosso PO::vo ... ((C16:)) para que nós encontramos definitivamente ... a TRILha ... do crescimento econômico e da justiça social: ... ((C17:)) obriGAdo minha gente ... até um ou::tro dia.

Fonte: Transcrição própria com base em arquivo sonoro, cotejado com o texto oficial do pronunciamento, disponibilizado pela Biblioteca virtual da Presidência.<sup>3</sup>

As notações C<sub>1</sub>, C<sub>2</sub>, ..., C<sub>17</sub> foram feitas apenas para que possamos melhor localizar os trechos na análise, sem obedecer a um critério rígido.

Com duração de 4min45s, o pronunciamento de Collor, feito em tom enérgico, foi o mais curto realizado por um presidente no atual período republicano. Sua fala reverbera tanto o momento histórico, no qual os cidadãos brasileiros voltavam, depois de mais de 20 anos, a votar para presidente, como também as demandas econômico-sociais, em uma época na qual a inflação atingia 75% ao mês.<sup>4</sup>

De todos os presidentes eleitos na Nova República, apenas Fernando Henrique Cardoso não fez uso do parlatório do Palácio do Planalto na posse. Por isso, voltamos nossos olhos para o pronunciamento de seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrido em 1º de janeiro de 2003. O Quadro 2 apresenta nossa transcrição do pronunciamento de Lula em sua primeira posse:

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/02.pdf/view>. Acesso em 11 nov. 2024.

<sup>4</sup> A taxa de inflação de fevereiro de 1990 foi de 75,73% ao mês, conforme a calculadora do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em 23 dez. 2024.

Quadro 2 – Pronunciamento de posse de Luiz Inácio Lula da Silva no parlatório do Palácio do Planalto em 1º de janeiro de 2003

---

**LULA:** ((L1:)) meus ... companheiros ... e minhas companheiras ... excellentíssimos ... senhores chefes de Estados ... presentes nessa solenidade ... trabalhadores ... e trabalhadoras ... do meu Brasil ... meu querido:: companheiro ... José Alencar ... meu vice-... presidente da República ... minha companheira ... querida dona Mariza ... esposa ... do Zé Alencar ... minha querida esposa Marisa ... ((L2:)) juntos ... já partilhamos ... muitas derrotas ... e por isso ... nós hoje estamos ... realizando um sonho ... que não é meu ... mas um sonho ... do povo deste país ... que queria mudança ... ((pausa prolongada)) ((L3:)) eu TEndo ... PLena consciência ... das responsabilidades ... que estou ... junto com meus companheiros ... assumindo ... nesse momento histórico ... da nossa vida republicana ... ((L4:)) mas ao mesmo TEMpo ... eu tenho a cerTE::za e a convicção ... de que ... ne-num mo-men-to di-fí-cil ... nessa trajetória de quatro anos ... irá impedir ... que eu faça ... as reformas que o povo brasileiro precisa que seja feito ... ((L5:)) em neNHUM momento ... vacilarei ... em:: cumprir ... cada palavra:: ... que o Zé Alencar e eu assumimos ... durante a campanha ... ((L6:)) durante a campa::nha ... não fiZEmos ne-nhu-ma pro-messa:: ... absurda ... ((L7:)) o que nós diZíamos ... e eu vou repetir agora ... é que nós ... iremos recuperar ... a dignidade do POvo brasileiro ... recuperar a sua autoestima ... e gastar ... CAda centavo que tivermos que gastar ... na perspectiva ... de melhorar ... as condições de vida ... de mulhe- res ... homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro ... ((L8:)) NÓS ... temos uma história ... cons- truída:: ... junto com vocês ... ((L9:)) a NOssa viTÓria:: ... não foi o resulta::do apenas de uma campanha que começou ... em junho deste ano e terminou dia vinte e sete de outubro ... ((L10:)) an::tes de mim ... compa- nheiros e companheiras lutaram ... ANtes do PT ... companheiros e companheiras morreram neste país ... lutando por conquistar ... a democracia ... e as liberdades ... ((L11:)) EU ... apenas tive a graça de Deus ... de num moMENTo histórico ... ser ... o porta-voz ... dos anseios ... de milhões e milhões de brasileiros e brasi- leiras ... ((L12:)) eu estou convencido ... que HOje não TEM no Brasil ... NEnhum brasiLEiro ou brasileira ... mais conheceDOR da realidade:: ... e das dificuldades que vamos enfrentar ... ((L13:)) mas ao MESmo tempo ... eu estou convencido ... e quero afirmar a vocês ... ((L14:)) não TEM ... na FAce da Terra ... nenhum homem ... mais otIMISta ... do que eu estou hoje ... ((L15:)) e que POsso afirmar ... que vamos ... ajudar este país ... ((L16:)) EU ... não sou o resultado de uma eleição ... eu sou o resultado de uma história ... ((L17:)) eu estou concretizan::do ... o sonho ... de gerações e gerações ... que antes de mim ... tentaram ... e não conseguiram ... ((L18:)) o meu paPEL ... nesse instante ... com MUlta humildade ... mas também com MUlta serenidade ... dizer a vocês ... que eu ... vou fazer ... o que acredito ... que o Brasil precisa ... que seja feito ... nesses quatro anos ... ((L19:)) cuiDAR da educação ... cuiDAR da saúde ... faZER a reforma agrária ... cuiDAR da previdência social ... e acaBAR com a FOme neste país:: ... são compromissos MEnos programáticos ... e mais ... com- promisso moRAL e ético ... que eu quero assumir ... aQUI nessa tribuna ... ((L20:)) na frente do povo ... que é o Único responsável ... pela minha vitória ... e pelo fato de eu estar aqui hoje ... tomando posse ... ((L21:)) como eu tenho uma agenda:: ... a ser cumprida ... eu queria ... dizer a todos vocês ... amanhã ... vai ser o meu primeiro dia de governo ... e eu prome::to ... a cada homem ... a cada mulher ... a cada criança ... e a cada jovem brasileiro ... que o meu governo ... o presidente ... o Vlce e os ministros ... trabalharão se necessário ... vinte e quatro horas por dia ... para que a gente cum::pra ... aquilo que a gente prometeu ... a vocês ... que nós iríamos cumprir ... ((L22:)) eu QUEro ... terminar ... agradecendo ... a essa companheira ... que hoje ... eu QUE::ro ... fazer uma homenagem ... porque hoje nós estamos aqui ... Marisa:: ... muito bonita ... toda ele- gante ... ao lado ... do marido dela com essa faixa ... que nós sonhamos tanto tempo ... ((L23:)) entreTANto ... para chegar aqui ... nós perdemos quatro eleições ... uma para governaDOR ... e três para presidente da República ... ((L24:)) e vocês SAhem ... que a cultura política do Brasil ... é só ... homenagem aos vencedores ... ((L25:)) quando a gente per::de ... ninguém dá um telefonema para a gente para dizer ... "companheiro:: ... a luta continua" ... ((L26:)) às vezes ... ela e eu ... decidíamos que a luta ia continuar:: ... porque não tinha outra coisa a fazer ... a não ser continuar a luta:: ... para chegar onde nós chegamos ... ((L27:)) eu que::ro ... dizer a TOdos vocês ... que vieram de RoRALma ... do Acre ... do Amapá do Amazonas ... que vieram ... de Rondônia ... do Mato Grosso do Mato Grosso do Sul ... que vieram do Maranhão do Piauí do Ceará ... que vieram do Rio Grande do Norte da Paraíba de Alagoas de Pernambuco de Sergipe ... da Bahia ... que vieram do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ... compaNHEiros de Brasília ... mas também ... companheiros ... da Bahia ... de Minas Gerais ... Espírito Santo ... Rio de Janeiro ... São PAulo ... ParaNÁ ... e Santa Catarina ... quero dizer inclusive ao povo do Rio Grande do Sul ... aos meus irmãos de Caetés ... minha GRANde cidade natal ... que se chamava GaraNHUNS ... aos companheiros de Goiás ... ((L28:)) eu quero ... terminar dizendo a vocês ... podem ... ter a certeza:: ... mais absoluta que um ser humano pode ter... quando eu não puDER fazer uma coisa ... eu não terei ... nenhuma dúvida ... de ser honesto com o povo e dizer ... que não sei fazer ... que não posso fazer ... e que não tem condições ... ((L29:)) mas eu QUEro que vocês carreguem também a certeza ...

---

---

que eu ... em ... ne-nhum mo-mento da minha vida ... faltarei ... com a verdade com vocês ... que confiaram ... na minha pessoa ... para dirigir este país por quatro anos ... ((L30:)) trataREI vocês... ... tratarei vocês... com o MESmo respeito ... que eu trato ... os meus filhos e os meus netos ... que são as pessoas ... que a gente mais gosta ... ((L31:)) e eu quero ... propor isso a vocês ... amaNHÃ ... estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país é o primeiro dia de combate à fome ... ((L32:)) e eu tenho fé em Deus ... que a gente vai garantir ... que todo brasileiro e brasileira ... possa TDo santo dia ... tomar café ... almoçar ... e jantar ... ((L33:)) porque isso ... não está esCRito no meu programa ... isto está escrito na Constituição brasileira ... está escrito na Bíblia ... está escrito na Declaração Universal ... dos Direitos Humanos ... e isso ... nós vamos fazer juntos ... ((L34:)) por isso meus companheiros ... e companheiras ... um abraço especial ... aos companheiros e companheiras portaDOres de deficiência física que estão ... sentados na frente deste parlatório ... ((L35:)) meus agradecimentos à imprensa ... que TANto perturbaram a minha tranquilidade ... nessa campanha ... e nesses dois meses ... ((L36:)) sem a/ mas sem a qual ... a gente não consolidaria ... não iria consolidar a democracia no país ... ((L37:)) meu abraço ... aos deputados ... aos senadores ... meu abraço ... aos convidados estrangeiros ... ((L38:)) dizendo a vocês ... que com MUlta humildade ... eu ... não vacilarei ... em pedir ... a cada um de vocês ... "me ajudem ... a governar" ... ((L39:)) porque a responsabilidade ... não é apenas minha ... é NOssa ... do povo brasileiro ... que me colocou aqui ... ((L40:)) MUlto obriGAdo meus companheiros ... e aTÉ ... amaNHÃ.

---

Fonte: Transcrição própria com base em arquivo sonoro, cotejado com o texto oficial do pronunciamento, disponibilizado pela Biblioteca virtual da Presidência.<sup>5</sup>

Também aqui as notações L1, L2, ..., L40 servem apenas de apoio para a melhor localização dos trechos analisados.

Com 13min24s, o pronunciamento, feito em cadência desacelerada, faz referência às derrotas sofridas anteriormente por Lula, celebra sua vitória e a chegada de seu partido, o PT, ao poder e, em um contexto de inflação controlada, mas de desemprego acima dos 10%<sup>6</sup> e taxa básica de juros a 25% ao ano<sup>7</sup>, traz a promessa da campanha contra a fome.

Feita essa sucinta apresentação de nosso *corpus*, passamos ao histórico da noção de *voz coletiva*, que terá, entre outras serventias, a de balizar o ponto de partida de nossa análise.

### 3 Breve histórico da noção de *voz coletiva*

Diversos teóricos da enunciação se debruçaram, ao longo das últimas cinco décadas, sobre a noção de *voz coletiva*, ora enfatizando suas características, ora preocupados com os artifícios linguísticos a ela relacionados.<sup>8</sup> A seguir, destacamos as reflexões iniciais de Berrendonner e Ducrot, assim como propostas mais recentes, como as da ScaPoLine, de Anscombe, da TAP e de pesquisas brasileiras desenvolvidas por Bastos e Nascimento.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronun-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-posse-no-cn.pdf/view>. Acesso em 11 nov. 2024.

<sup>6</sup> A taxa de desocupação (de pessoas de 10 anos ou mais), em dezembro de 2002 era de 10,5%, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9183-pesquisa-mensal-de-emprego-antiga-metodologia.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 23 dez 2024.

<sup>7</sup> A taxa básica de juros (Selic) em dezembro de 2002 era de 25%, conforme o Banco Central. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em 23 dez 2024.

<sup>8</sup> Esta seção é uma versão reformulada, com significativas alterações e acréscimos, do capítulo 5 de Pereira da Silva (2023). Em relação aos acréscimos, destacamos os trechos que tratam do texto seminal de Berrendonner e da revisão dos recentes trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por Bastos e por Nascimento. Em relação às alterações, apresentamos aqui uma interpretação mais precisa acerca das proposições da Teoria Escandinava de Polifonia Linguística (ScaPoLine) e da Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP) sobre a noção de voz coletiva.

### 3.1 Os estudos seminais de Berrendonner e de Ducrot

Uma obra que talvez possamos tomar como marco no impulso às reflexões acerca da *voz coletiva* no quadro das teorias da enunciação é *Éléments de pragmatique linguistique*, de Berrendonner (1981). É a ela que diversos autores retornam ao tratar do fenômeno.

No capítulo II do livro, Berrendonner inicialmente aduz à presença de uma certa opinião pública ao procurar dar conta de questões acerca da pressuposição levantadas anos antes por Ducrot (1977 [1972], p. 278-290).<sup>9</sup> Assim, ao analisar a pressuposição instaurada pelo verbo *prétendre* (que pode ser traduzido aqui como “alegar”) tanto nos casos em que o locutor é colocado como sujeito (*je prétends que p*) quanto nos casos em que o sujeito é um ser diferente do locutor (*X prétend que p*), Berrendonner (1981, p. 35-46) conclui que tal verbo não pressupõe a falsidade de *p*, mas, sim, pressupõe que certa opinião pública considera *p* falso. Essa opinião pública é, então, chamada pelo autor de ON (grafado com letras maiúsculas).

Após definir ON como “um significado suscetível de remeter deiticamente a qualquer conjunto de indivíduos falantes, de maneira perfeitamente indeterminada” (Berrendonner, 1981, p. 45)<sup>10</sup>, Berrendonner nota sua capacidade de assumir formas heterogêneas. Diz o autor:

ON pode incluir, bem como não incluir, o locutor e/ou o destinatário [...] Assim, é certo que o locutor que enuncia “Eu alego que Jules está doente” não se tem como parte da entidade ON: ao fazê-lo, ele se contradiria, e o benefício que se concede a ele de ser um espírito coerente excluirá desde o início essa interpretação. Mas em “Pierre alega que Jules está doente”, como saber se o locutor se coloca ao lado de Pierre ou toma o partido de ON? Isso é uma questão de conjectura, ou seja, de presunção inferencial (Berrendonner, 1981, p. 45-46).<sup>11</sup>

O autor acrescenta ainda, na parte final do capítulo, um outro tipo de coletividade: o “∅”, também chamado por ele de “fantasma da verdade” ou simplesmente de “fantasma” (Berrendonner, 1981, p. 59). É essa coletividade que se faz presente, segundo Berrendonner, ao lado do locutor em afirmações assertivas. O autor compara então sentenças como “O gato está no capacho” e “Na minha opinião, o gato está no capacho” e conclui que, na primeira, a verdade é validada não apenas pelo locutor, mas também pela “pessoa do universo” – ou seja, ∅ ou o fantasma –, enquanto, na segunda, a expressão “na minha opinião” opera para excluir essa pessoa universal.

Cabe mencionar que, no capítulo, Berrendonner não trata ON e ∅ explicitamente como vozes, mas como agentes de validação de uma proposição. No texto, o autor também

<sup>9</sup> Berrendonner examina especificamente as questões levantadas por Ducrot a respeito da pressuposição instaurada por verbos de opinião.

<sup>10</sup> No original: “un signifié susceptible de renvoyer déictiquement à n’importe quel ensemble d’individus parlants, de manière parfaitement indéterminée” (Berrendonner, 1981, p. 45). Tradução própria.

<sup>11</sup> No original: “ON peut inclure, aussi bien que ne pas inclure, le locuteur, et/ou le destinataire [...] Ainsi, il est certain que le locuteur qui énonce (6) ne se compte pas comme partie prenante de l’entité ON ce faisant, il se contredit, et le bénéfice qu’on lui fait d’être un esprit cohérent exclura d’emblée cette interprétation. Mais dans (1), comment savoir si le locuteur se range du côté de Pierre, ou appartient au parti de ON? C’est là affaire de conjecture, c’est-à-dire de présomption inférentielle: (6) Je prétends que Jules est malade (1) Pierre prétend que Jules est malade” (Berrendonner, 1981, p. 45-46). Tradução própria.

aborda proposições feitas por Ducrot (1980) acerca dos atos ilocucionários (que não aprofundaremos neste artigo) em seu primeiro estudo acerca da polifonia.<sup>12</sup>

No já mencionado último capítulo de *O dizer e o dito*, Ducrot (1987 [1984]) procura responder a Berrendonner, assimilando suas discussões acerca dos atos ilocucionários e tratando, *en passant*, da noção de *voz coletiva*.

Na obra, Ducrot afirma tomar emprestado o termo “polifonia” de Bakhtin no intuito de contestar o pressuposto da unicidade do sujeito falante e descrever a multiplicidade de vozes que identifica em um enunciado. Assim, o autor propõe dois possíveis tipos de origens para tais vozes: (a) o locutor, que, para Ducrot, é, “no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável” (Ducrot, 1987 [1984], p. 182) e a quem se referem as marcas de primeira pessoa; (b) o enunciador, definido pelo autor como seres que se expressam “através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas” (Ducrot, 1987 [1984], p. 192).

Nas derradeiras páginas do capítulo, Ducrot, então, menciona a possibilidade de uma dessas *vozes*, a do enunciador, representar, por vezes, uma *voz coletiva*. Assim, retomando um famoso exemplo seu de pressuposição, “Pedro parou de fumar”, o autor afirma que, nesse caso, o enunciador segundo o qual Pedro fumava anteriormente, “é assimilado a um certo SE,<sup>13</sup> a uma *voz coletiva*, no interior da qual o locutor está localizado” (grifo nosso), acrescentando ainda: “utilizo neste ponto as ideias de Berrendonner, 1981, Cap. II” (Ducrot, 1987 [1984], p. 216).

Ducrot também se vale da noção de *voz coletiva* para tratar brevemente de outro tipo de pressuposição, desta vez não mais de origem verbal: a nominalização, que, em sua perspectiva, estabelece um pressuposto que faz aparecer um enunciador, ao qual o locutor não está necessariamente assimilado, mas que “é assimilado a uma *voz coletiva*, a um SE” (Ducrot, 1987 [1984], p. 217).

Tais questões foram aprofundadas nos anos subsequentes por pesquisadores que se filiaram às proposições do autor.

### 3.2 As propostas da ScaPoLine e de Anscombe

Um desses grupos de pesquisadores, liderado por Nølke, procurou, a partir de 1999, desenvolver um aparato teórico para sistematizar uma análise polifônica, originando a ScaPoLine.<sup>14</sup> Em 2004, Nølke, Fløttum e Norén organizaram a obra *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*, sintetizando os resultados da pesquisa (Nølke; Fløttum e Norén, 2004).

Nela, os autores afirmam que a *voz coletiva* se situa “em uma escala que vai da heterogeneidade à homogeneidade” (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 39)<sup>15</sup> e propõem que seja subdividida em duas categorias: (a) ON, a voz heterogênea, divisível e identificada como “um

<sup>12</sup> Antes de *O dizer e o dito* (Ducrot, 1987 [1984]), Ducrot já havia se valido, no primeiro capítulo da obra coletiva *Les mots du discours*, redigido por ele, do termo “polifonia” para se referir à questão, propondo, pela primeira vez, a distinção entre locutor e enunciador (Ducrot, 1980, p. 44-45). Em 1984, o autor apresentaria uma ampla revisão de sua proposição anterior (na qual excluía a multiplicidade de locutores do que ele chamava de polifonia), tornando essa segunda obra a principal referência, desde então, para desdobramentos teóricos sobre o tema no âmbito das teorias da enunciação.

<sup>13</sup> O termo “SE” refere-se, na tradução de Eduardo Guimarães, ao pronome francês “ON”.

<sup>14</sup> Os documentos de trabalho do grupo estão disponíveis em: <https://ojs.ruc.dk/index.php/poly/issue/archive>. Acesso em 26 set. 2024.

<sup>15</sup> No original: “ne échelle allant de l'hétérogénéité à l'homogénéité” (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 39). Tradução própria.

verdadeiro coletivo, onde os membros se distinguem como indivíduos capazes de tomar a palavra”<sup>16</sup> podendo incluir ou não o locutor e o alocutário (ser que, segundo o enunciado, é seu destinatário); (b) LOI, a voz homogênea, indivisível, capaz de representar uma “coletividade de contornos fluidos, como a lei, a *doxa*, os clichês, as verdades eternas” (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 39).<sup>17</sup>

Essas vozes se inserem em uma classificação tripartite de vozes verificáveis em um enunciado. Cada voz se relaciona, segundo a ScaPoLine, com um ser discursivo,<sup>18</sup> que pode, em certos casos, manifestar seus PDVs (seres do enunciado) ou, em outros, apenas ser objeto de um PDV (seres textuais). Tais seres discursivos, segundo a teoria escandinava, são classificados como: (a) de primeira pessoa; (b) de segunda pessoa; e (c) de terceira pessoa. Na perspectiva da ScaPoLine, os dois tipos de *vozes coletivas* (ON e LOI) estão associados a manifestações de seres de terceira pessoa (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 38-40; Nølke, 2017, p. 61-70).

Desde a gênese da ScaPoLine, parte de suas proposições – especialmente as referentes à *voz coletiva* – geraram interesse e, em certo sentido, discordância, de Anscombe, parceiro de Ducrot desde os anos 1970 no desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua (ADL) (Anscombe; Ducrot, 1976).

Embora Anscombe não tenha proposto, em trabalhos mais recentes que concernem à sua Teoria dos Estereótipos (TS), propriamente um aparato para dar conta da polifonia, o autor demonstra grande preocupação com a presença da *voz coletiva* em enunciados – chamada por ele de ON-Locutor.<sup>19</sup> Em 2005, após definir a noção de estereótipo como “ideias convencionais ligadas a um termo” (Anscombe, 2005, p. 80)<sup>20</sup> e defender que tais ideias se manifestam por meio de frases estereotipadas, o autor pondera que algumas frases se referem a ideias convencionais de um falante em particular (tipo “a”), enquanto outras referem-se a ideias de toda uma comunidade linguística (tipo “b”). Anscombe, então, afirma:

<sup>16</sup> No original: “un vrai collectif où les membres se distinguent en tant qu’individus susceptibles de prendre la parole” (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 39). Tradução própria.

<sup>17</sup> No original: “collectivité à contours flous, à savoir la LOI, la *doxa*, les idées reçues, les vérités éternelles” (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 39). Tradução própria.

<sup>18</sup> No original, “êtres discursifs” ou “ê-ds”.

<sup>19</sup> No artigo de 2005, Anscombe diz não saber precisar a origem do termo “ON-Locuteur” (em francês), que julga ser inexato, uma vez que ON estaria mais próximo do conceito de enunciador do que do conceito de locutor, sendo mais apropriado chamá-lo de “ON-Énonciateur” (Anscombe, 2005, p. 78). Mais tarde, em obra de 2009, o autor diz ter sido ele mesmo o responsável por cunhar, em 1990, o a expressão “ON-Locuteur” (Anscombe, 1990), atribuindo-a equivocadamente a Berrendonner: “Em Anscombe (1990), atribuí erroneamente a Berrendonner (1981) a denominação de ON-locuteur quando parece que fui eu que a cunhei sem me dar conta. De toda forma, é indiscutivelmente de Berrendonner a ideia básica do conceito, ainda que o termo não o seja” (Anscombe, 2009, p. 34). No original: “En Anscombe (1990) atribuí erroneamente a Berrendonner (1981) la denominación de ON-locuteur cuando parece ser que la acuñé yo sin darme cuenta. De todas formas, es indiscutiblemente de Berrendonner la idea básica del concepto, si no lo es el término” (Anscombe, 2009, p. 34). Tradução própria.

<sup>20</sup> No original: “idées conventionnellement attachées au terme” (Anscombe, 2005, p. 80). Tradução própria.

É a esse último tipo que vamos nos dedicar mais particularmente. Nota-se, de fato, que essa comunidade linguística mencionada por Putnam pode ser comparada à “opinião pública” de Berrendonner. Essa comunidade linguística é a origem das ON-verdades ou, se preferirmos, os enunciados estereotipados do tipo “b” são atribuíveis a um ON-locutor (Anscombe, 2005, p. 81).<sup>21</sup>

Na obra, o autor critica como abordagens posteriores às proposições de Ducrot<sup>22</sup> ampliaram, a seu ver sem critério, o número de “personagens” envolvidos na multiplicidade de vozes no enunciado. O autor acrescenta que isso, aliado à inexatidão para se definir a natureza de locutores e enunciadores, resulta em um “uso vago e descontrolado”<sup>23</sup> dessas noções (Anscombe, 2005, p. 77).

Cinco anos depois, Anscombe (2010) analisa os artifícios linguísticos relacionados à voz *coletiva* e os divide em três tipos: (a) marcadores especializados (como “diz-se”, “de acordo com a opinião geral” etc); (b) entidades (como “rumores” etc); e (c) funções associadas à introdução da voz *coletiva* (pressuposto, tema, formas sentenciosas etc). O autor, porém, não associa suas conclusões sobre os artifícios linguísticos aos achados anteriores, que abordavam a heterogeneidade das *vozes coletivas*.

Frente às observações de Anscombe sobre a proliferação pouco criteriosa de entidades capazes de emitir um PDV, Nølke (2017, p. 68) considera que a distinção entre voz *coletiva* homogênea e heterogênea é de difícil constatação empírica e afirma que talvez seja mais proveitoso ampliar os esforços para refinar as categorias da voz heterogênea, considerando a presença ou a ausência nela não só do locutor, mas também do alocutário.

### 3.3 A reformulação empreendida pela TAP

Paralelamente às discussões entre Anscombe e Nølke, uma alternativa às noções originais de Ducrot, desenvolvida no final da primeira década deste século por Carel e Lescano, com contribuição do próprio Ducrot, a fim de adaptá-las à Teoria dos Blocos Semânticos (TBS),<sup>24</sup> também evidenciou certa subdivisão na noção de voz *coletiva*.

Com base na síntese de Carel (2011, p. 287-381) na quarta seção de seu livro *L'entrelacement argumentatif*, podemos dizer que a TAP se preocupa com a forma como um conteúdo é apresentado no enunciado (conteúdo argumentativo, pois a teoria rejeita uma aproximação referencialista).

Define, então, dois parâmetros: (a) a atitude do locutor frente ao conteúdo, subdividida em: colocar, acordar (no sentido de concordar) ou excluir; (b) o “tom” como um conteúdo é apresentado, que se manifesta em uma certa “pessoa enunciativa”, conceito que substitui a noção de enunciador, subdividido em cinco tipos: L, TU, IL, ON e MONDE.

<sup>21</sup> No original: “C'est à ce dernier type que nous allons plus particulièrement nous intéresser. On remarque en effet que cette communauté linguistique dont parle Putnam peut être rapprochée de «l'opinion publique» de Berrendonner. Cette communauté linguistique est à l'origine de ON-vérités, ou si l'on préfère, les énoncés stéréotypiques de type b) sont le fait d'un ON-locuteur” (Anscombe, 2005, p. 81). Tradução própria.

<sup>22</sup> Anscombe não remete a Ducrot a gênese dos estudos polifônicos, mas a Ann Banfield e Jacqueline Authier-Revuz, citadas pelo próprio Ducrot em *O dizer e o dito* como fontes de suas reflexões.

<sup>23</sup> Em francês, “flou et non contrôlé”.

<sup>24</sup> Considerada, à época, como uma versão radical das proposições feitas por Ducrot nos anos 1970 e, sobretudo, 1980, a TBS tem sua gênese na tese de Carel (1992).

As três últimas pessoas enunciativas têm, em nossa opinião, amplitude coletiva. Em relação às pessoas ON e MONDE, Carel explicita seu diálogo com Berrendonner, considerando a primeira como a voz da opinião pública e a segunda como a voz dos fatos. Quanto a IL, a autora a define, em uma contribuição bastante original, como “a voz distante do ausente, uma voz sem autoridade”, presentes em formulações como “parece que...” (Carel, 2011, p. 340).<sup>25</sup>

Em 2023, na obra *Parler*, Carel (2023, p. 207) apresenta uma categorização mais enxuta das pessoas, incluindo apenas L, IL e MONDE. A autora enfatiza que, na TAP, as pessoas não são fontes de PDVs, mas “tons”, como havia proposto Lescano (2011 [2009]), ou “modos de enunciação”: L corresponde ao modo do concebido, IL ao do recebido e MONDE ao do encontrado.<sup>26</sup>

Assim, procurando ser fiel à sua interpretação das proposições originais de Ducrot – segundo a qual “o locutor é todo-poderoso”<sup>27</sup> e “toma uma posição ao colocar em cena os ‘enunciadores’” (Carel, 2023, p. 177-178) –,<sup>28</sup> Carel desenvolve na TAP um arcabouço teórico centrado no locutor, em relação a quem são definidas as pessoas (ou modos de enunciação) e as atitudes.

### 3.4 Os achados de Bastos e de Nascimento

No Brasil, podemos destacar estudos recentes realizados no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) focados na identificação de artifícios enunciativos capazes de colocar *vozes coletivas* em cena.

Em sua tese acerca das marcas de subjetividade em monografias de conclusão de curso, Bastos (2017) revisa as proposições de Anscombe em 2010 e descreve três macroestratégias linguísticas que projetam *voz coletiva*, chamada pela autora de SE-Locutor (em referência à expressão ON-Locutor): (a) Marcadores mediátivos genéricos, como verbo *dicendi* seguido do pronome “se”; (b) termos genéricos que podem assumir o papel do SE-Locutor, como “rumores” ou “a Constituição”; (c) frases sentenciosas.

Já Nascimento (2020), em capítulo voltado à descrição, em um *corpus* bastante amplo, da *voz coletiva* – também chamada de SE-Locutor – identifica, após uma revisão dos resultados de Bastos, ao menos quatro artifícios para projetá-la em enunciados em língua portuguesa: (a) pressuposição; (b) captação de discurso alheio relacionado a um saber coletivo (como “primeiro as damas”, semelhante às frases sentenciosas de Bastos); (c) a presença de locutores coletivos (como “juristas ouvidos por...”); (d) verbo *dicendi* seguido do pronome “se”.

Após a análise, Nascimento constata que “o fenômeno do SE-locutor é evocado com diferentes funções argumentativas: gerar efeitos de assimilação, de refutação, de ironia, de distanciamento. Em algumas ocorrências, inclusive, é utilizado como argumento de autoridade” (Nascimento, 2020, p. 288). O autor procura relacionar ainda tais efeitos aos gêneros discursivos analisados.

<sup>25</sup> No original, “Il paraît que...”

<sup>26</sup> Tais termos foram também traduzidos por Luiz Francisco Dias como “concebido”, “atribuído” e “revelado” no Curso de Semântica Argumentativa (Behe; Carel et al., 2021, p. 353-375). A nomenclatura no original é: “conçú”, “reçú” e “trové” (Carel, 2023, p. 207). Preferimos uma tradução literal sobretudo para enfatizar que o modo enunciativo “reçú” não está exatamente relacionado ao discurso relatado, mas à autoridade pálida concedida à enunciação do conteúdo argumentativo.

<sup>27</sup> No original: “Le locuteur est tout puissant” (Carel, 2023, p. 177).

<sup>28</sup> No original: “prend position en mettant en scène des ‘énonciateurs’” (Carel, 2023, p. 178).

### 3.5 Um ponto de chegada e de partida: subdivisão *a priori* baseada nos autores revistos

O caminho empreendido pelos autores cujas obras brevemente revisamos sugere que a categoria geral de *voz coletiva* reúne um conjunto consideravelmente heterogêneo de fenômenos.

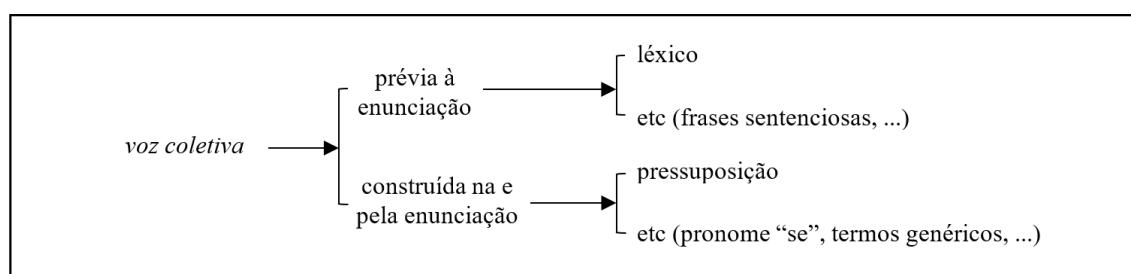
Como se nota nas propostas de Berrendonner e de Nølke, a *voz coletiva* pode ser tida como indivisível ou surgir como um agrupamento de seres individuais. Neste último caso, pode estar associada à voz do locutor do enunciado ou dela se distanciar. Em algumas circunstâncias, como aponta Nølke, essa voz pode ou não também se assimilar à voz do alocutário.

Em certas ocasiões, ainda, a *voz coletiva* aparenta ser prévia à enunciação. Essa é, ao menos em parte, a perspectiva de Anscombe, uma vez que o autor considera seu ON-Locutor como origem de estereótipos relacionados não a enunciados, mas ao léxico – e, portanto, anterior à enunciação e por ela mobilizado. Em outras ocasiões, a *voz coletiva* é construída na e pela própria enunciação – ou, como propõe Carel, por um todo-poderoso locutor.<sup>29</sup>

Quanto aos fenômenos enunciativos que projetam essas vozes, nossa revisão indica um forte destaque, no trabalho dos autores, à pressuposição: originalmente foi a ela que Berrendonner e Ducrot associaram a *voz coletiva*. Posteriormente, Anscombe, Bastos e Nascimento se ocuparam de estender a descrição das circunstâncias nas quais tal voz costuma aparecer, procurando identificar uma série de artifícios linguísticos que contribuem para concretizá-la, como o pronome “se”, certos termos genéricos, formas sentenciosas, entre outros.

Tendo em vista a revisão realizada, apresentamos no Quadro 3 a forma como concebemos – ainda de modo provisório, anterior à nossa análise – a subdivisão das *vozes coletivas*:

Quadro 3 – Subdivisão *a priori* das *vozes coletivas*



Fonte: Elaboração própria.

<sup>29</sup> Vale pontuar que, a nosso ver, se há na dimensão enunciativa (e só nela) um todo-poderoso, ele não é, em termos estritos, exatamente o locutor, mas o próprio enunciado. É o enunciado que projeta o locutor e todas as demais origens de vozes construídas em tempo real, e que, além disso, evoca ou restringe, a depender de sua organização, as *vozes prévias* (internas, por exemplo, ao léxico mobilizado). O poder do locutor, apresentado pelo enunciado como sua origem, advém do próprio enunciado. Esclarecemos também que, para nós, as *vozes prévias* integradas ao léxico são (se nos for permitido parafrasear, com significativa nuance, Bakhtin) relativamente instáveis e, portanto, dependentes de fatores sociais e históricos. Ademais, em nossa abordagem, entendemos o enunciado como produto da enunciação, realização concreta de um ser empírico (humano ou institucional), constrangido por sua inserção em determinada situação sócio-histórica e em determinada situação de comunicação. As considerações acerca dos constrangimentos impostos ao ser empírico indicam que, para fora da dimensão enunciativa, nem mesmo o enunciado pode ser considerado um “todo-poderoso” (e por isso falamos que ele “projeta”, e não “constrói”).

Nossa representação se inspira nos quadros utilizados sobretudo por autores que adotam uma abordagem sistêmico-funcional, nos quais os colchetes (“[ ]”) podem ser lidos como “ou”. Assim, nessa subdivisão *a priori*, concebida propositalmente de forma um tanto grosseira, a fim de não direcionar os resultados empíricos, a voz *coletiva* poderia ser classificada, em um primeiro nível, como prévia à enunciação *ou* construída na e pela enunciação.

A voz prévia, por sua vez, poderia ser classificada, em um segundo nível, como lexical *ou* como pertencente a outra categoria não detalhada que aqui, por considerarmos que a lista está aberta, notamos apenas com “etc” (indicando entre parênteses a possibilidade de haver, entre essas outras categorias, “frases sentenciosas”). Já a voz *coletiva* construída na e pela enunciação poderia ser classificada, também em um segundo nível, como pressuposicional *ou* como pertencente a outra categoria, também representada pelo “etc”, reforçando mais uma vez a abertura da lista.

Após essa breve síntese, apresentamos a seguir o que depreendemos de nosso *corpus*.

## 4 Análise do *corpus*

Devemos, inicialmente, pontuar que, considerando a magnitude das possibilidades de manifestação da voz *coletiva* em um enunciado, tivemos de estabelecer alguns critérios para delimitar os aspectos em análise, de modo a viabilizar o estudo. As decisões adotadas foram:

- (a) Limitamos nossa análise a *vozes coletivas* construídas na e pela enunciação, descartando, portanto, as vozes prévias à enunciação nela presentes.
- (b) Dentre as *vozes coletivas* construídas na e pela enunciação, limitamos nossa análise de vozes relacionadas ao fenômeno da pressuposição aos casos em que o artifício que contribui para concretizar tal pressuposição é um verbo.

Com isso, nos furtamos à necessidade de verificar, por exemplo, mas não só, todo item lexical do *corpus* (que teria relação com vozes prévias), bem como à necessidade de examinar também, mas não só, todo grupo nominal determinado do *corpus* (que poderia contribuir para a concretização de uma pressuposição).

Assim, nossa proposta parte sobretudo da identificação e análise de fenômenos enunciativos que, no Quadro 3, se localizariam no colchete que se segue à voz construída na e pela enunciação – mais precisamente, o item em que escrevemos provisoriamente “etc. (pronome ‘se’; termos genéricos...)” –, mas também do exame dos restritos casos de pressuposição sobre os quais elegemos nos debruçar a fim de possibilitar comparações (como dissemos, pressuposições concretizadas com a contribuição de verbos).

Em nosso *corpus*, além das pressuposições, identificamos três fenômenos enunciativos que contribuem para projeção de voz *coletiva*:

---

<sup>30</sup> Ressaltamos, no entanto, que nossa abordagem não-referencial e recursiva da noção de ponto de vista nos leva a considerar a existência de *vozes coletivas* prévias, como sugerem os trabalhos de Anscombe, que aqui deixamos de lado. Delas, pretendemos tratar em outro trabalho.

- (a) *Discurso relatado*;
- (b) *Negação*;
- (c) *Esteio de PDV*.<sup>31</sup>

Pudemos inferir, a partir do cruzamento de nossos dados com as obras que revisamos, que o *discurso relatado* pode se subdividir em *dito relatado* e *pensamento relatado*, embora em nosso *corpus* só tenhamos encontrado casos de *pensamento relatado*. Os nossos dados também nos permitiram subcategorizar a *negação* em dois tipos: *negação total* e *negação parcial*. Já em relação ao que chamamos de *esteio de PDV* não encontramos subcategorias.

Ao todo, nos debruçamos sobre 47 incidências de *vozes coletivas* projetadas com a contribuição desses fenômenos (3 *discursos relatados*; 25 *negações*; 8 *esteios de PDV*; e 11 *pressuposições*).

A seguir, passamos a descrever mais pormenorizadamente os fenômenos e as características que, ao compararmos entre si suas incidências, nos chamaram a atenção. Como dissemos na introdução, foi essa comparação que nos levou ao quadro de categorias apresentado no item 5 deste trabalho.

#### 4.1 Discurso relatado

A projeção de *vozes coletivas* com a contribuição de *discurso relatado* só pôde ocorrer, segundo nossa observação, quando o *discurso relatado* esteve acompanhado da presença, no enunciado, de seres coletivos que saturam fontes de PDVs a eles associados. Em nosso *corpus*, encontramos três situações como essa. Duas foram identificados no pronunciamento de Collor e um, no de Lula. As três incidências dizem respeito a casos de *pensamento relatado*.<sup>32</sup> Tomemos o trecho (L24), retirado do pronunciamento de Lula:

(L24) e vocês *SAbem* ... que a cultura política do Brasil ... é só ... homenagem aos vencedores

Nele, o verbo “saber” contribui para a projeção de um PDV cuja fonte é saturada pelo alocutário coletivo, marcado explicitamente pelo termo “vocês”. Com pequenas modificações na notação proposta pela ScaPoLine (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 31), podemos grafar tal PDV da seguinte forma:

PDV<sub>1-L</sub> [ALOC] : (VERDADEIRO (“a cultura política do Brasil é a de só homenagear os vencedores”))<sup>33</sup>

A representação pode ser lida da seguinte forma: o ponto de vista (PDV) que chamamos de “1-L” (por ter sido o primeiro que extraímos do pronunciamento de Lula) tem a fonte

<sup>31</sup> Conferindo status técnico aos fenômenos, passamos, doravante, a grafá-los em itálico.

<sup>32</sup> Se nos ancorarmos nas propostas e na nomenclatura da influente teoria funcionalista de Michael Halliday e Christian Matthiessen (2004, p. 197-210), podemos dizer que a concretização do fenômeno do discurso relatado do tipo pensamento relatado, em nosso *corpus*, está ligada a verbos relacionados a “processos mentais”.

<sup>33</sup> Em relação à nomenclatura da ScaPoLine, ressaltamos que, em nossa perspectiva (Pereira da Silva, 2023), a fonte do PDV – no caso, saturada por “aloc” – é um argumento externo, estando por isso grafado antes dos dois pontos. Essa solução foi adotada para operacionalizar a análise de PDVs hierárquicos – uma vez que a presença do ser que satura a fonte dentro do PDV tornava, segundo o próprio Nølke (2017, p. 76 e 85), problemático seu modelo.

saturada pelo alocutário (“ALOC”) e apresenta o julgamento epistêmico “VERDADEIRO” sobre o conteúdo (que chamamos de “conteúdo estabilizado”) “a cultura política do Brasil é a de só homenagear os vencedores”.<sup>34</sup>

Se quisermos, como é nossa intenção, destacar a coletividade do ser que está na origem do PDV, podemos substituir “ALOC” por “COL” – nomenclatura que adotamos para evitarmos acepções particulares de ON, SE, LOI, IL, MONDE e ø presentes nas propostas dos autores que revisamos. Assim temos:

PDV<sub>1-L</sub> [COL] : (VERDADEIRO (“a cultura política do Brasil é a de só homenagear os vencedores”))

É importante notar, no entanto, que não bastaria haver no enunciado um ser coletivo: para que uma voz *coletiva* se projete, é preciso que esse ser coletivo tenha voz, ou seja, sature a fonte de um PDV. Vejamos, apenas para citar um exemplo, o trecho (C4) retirado do pronunciamento de Collor.<sup>35</sup>

(C4) QUEro neste instante ... em que recebo ... a faixa presidencial ... símbolo ... da chefia do Estado ... e de (governo) ... da rePÚblica federativa do Brasil ... voltar ... o melhor do meu pensamen:to ... e a maior das minhas preocupações ... para a iMENsa maioria de brasileiros ... a quem eu devo esta conquista democrática ... aos descamisados ... aos pés descalços ...

Aqui, podemos considerar a “imensa maioria dos brasileiros” um ser discursivo. Mas, como mencionamos em nossa revisão, seria somente o que a ScaPoLine classifica como “ser textual” – um ser que não tem voz, ou seja, que não está na origem de nenhum PDV, sendo apenas objeto de um PDV alheio (no caso, um PDV do locutor, identificado com Collor).

Se avançarmos um pouco e nos debruçarmos sobre os trechos (C5) e (C9), também retirados do pronunciamento de Collor, a situação será outra:

(C5) àQUEles que QUErem ... jusTIça social no país ... para poder viver (dignamente) ...  
(C9) mas pertence a TOdo o Brasil ... que deseja estar uNdo neste momento ... para que possamos retirar a nação brasileira ... desta angústia ... e do trágico cotidiano ... com que se debate miLHÕES e miLHÕES de brasileiros ...

Nos trechos, notamos *discursos relatados* (do tipo *pensamento relatado*) cujas concretizações estão respectivamente relacionadas aos verbos “querer” e “desejar”. Em ambos os casos, um ser coletivo é também marcado explicitamente no enunciado. Em (C5) pelo termo “aque-

<sup>34</sup> Também ressaltamos que, diferentemente da ScaPoLine, não consideramos que “a cultura política do Brasil é a de só homenagear os vencedores” seja propriamente um conteúdo – ou seja, um dictum, na acepção de Bally (1965 [1932], p. 36). Para nós, trata-se de um elemento estabilizado para fins de análise, que pode ser chamado de “conteúdo estabilizado”, mas que é possível de ser decomposto em outros PDVs (como, por exemplo, PDVs prévios segundo os quais “existe um país chamado Brasil”, “o Brasil é um país com uma cultura política identificável”, “na política, há vencedores e há derrotados” etc.).

<sup>35</sup> Embora, no livro inaugural da ScaPoLine, Nølke, Fløttum e Norén (2004, p. 38) afirmem terem encontrado prova para distinguirem seres textuais de seres discursivos apenas nos casos de locutores e de alocutários, Nølke (2017, p. 66) estendeu posteriormente essa mesma distinção a terceiros.

les" e em (C9) pela expressão "todo o Brasil". Assim, chegamos a casos semelhantes ao que vimos no pronunciamento de Lula:

PDV<sub>1-C</sub> [COL]: (VERDADEIRO ("a justiça social no país é desejável"))

PDV<sub>2-C</sub> [COL]: (VERDADEIRO ("é desejável a união com o objetivo de se retirar o Brasil da angústia"))

É importante observar, porém que, diferentemente do caso do pronunciamento de Lula, aqui o que se projeta não são alocutários coletivos, mas terceiros coletivos.<sup>36</sup>

## 4.2 Negação

O fenômeno da *negação* foi o de maior frequência em nosso *corpus*: encontramos 25 incidências. Todas dizem respeito ao tipo de *negação* que Ducrot definiu, em 1984, como "negação polêmica", na qual o locutor opõe-se a uma voz que ele mesmo coloca em cena e "que pode não ser assimilado ao autor de nenhum discurso efetivo" (Ducrot, 1987 [1984], p. 204).<sup>37</sup> O pronunciamento de Lula concentrou 23 dos 25 casos. Além disso, verificamos uma predominância das incidências do que chamamos de *negação total* (18 casos: 2 no pronunciamento de Collor e 16 no de Lula), ante as incidências de *negação parcial* (7 casos: todos no pronunciamento de Lula).

A seguir, buscamos distingui-las e exemplificá-las.

### 4.2.1 Negação total

Além do termo "não", encontramos em nosso *corpus* outros artifícios linguísticos que contribuem para concretizar o fenômeno da *negação total*: os termos "nenhum" e "ninguém"<sup>38</sup> e também a sequência "não" e "mas" configurando o que Anscombe e Ducrot (1977) chamaram de MAS<sub>SN</sub>.

Os trechos (L6), (L5) e (L25) são respectivamente exemplos de *negações* concretizadas com a contribuição dos termos "não", "nenhum" e "ninguém":

(L6) durante a campa:::nha ... *não* fiZEmos ne-nhu-ma pro-messa:: ... absurda ...

(L5) em *neNHUM* momento ... vacilarei ... em:: cumprir ... cada palavra:: ... que o Zé Alencar e eu assumimos ... durante a campanha ...

<sup>36</sup> Em nossa perspectiva, reservamos o termo "locutor" ao locutor do enunciado – aquele que, na já citada definição de Ducrot, "no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável" (Ducrot, 1987 [1984], p. 182). Admitimos também, seguindo Ducrot (1987 [1984], p. 184-187), a possibilidade de haver um segundo locutor (locutor representado) no interior de um *discurso relatado* em estilo direto e, possivelmente, também no caso de estilo indireto livre. Já nos casos de estilo indireto propriamente dito falamos de "terceiros".

<sup>37</sup> Reforçamos que usamos aqui a definição de negação polêmica desenvolvida por Ducrot em 1984, em oposição à sua proposição de 1972 (Ducrot, 1977 [1972]).

<sup>38</sup> Em nossa análise quantitativa, consideramos como incidências do termo "não" os casos em que os termos "nenhum" e "ninguém" contribuem de forma redundante para a negação, limitando assim a contabilização desses termos aos casos em que, em seus cotextos, o termo "não" está ausente.

(L25) quando a gente per::de ... *ninguém* dá um telefonema para a gente para dizer ...  
 “companheiro:: ... a luta continua” ...

Todas essas *negações* contribuem para projetar PDVs em relação aos quais o locutor manifesta sua rejeição. A quem atribuir esses PDVs? Defendemos que, na ausência de indícios que nos levem a outra interpretação, eles possam ser atribuídos à segunda pessoa da enunciação – ou seja, ao alocutário, com quem o locutor dialoga e polemiza:<sup>39</sup>

PDV<sub>2-L</sub> [ALOC] : ( VERDADEIRO (“Lula fez promessas de campanha absurdas/impossíveis de serem cumpridas”))

PDV<sub>3-L</sub> [ALOC] : ( VERDADEIRO (“Lula não vai cumprir tudo o que prometeu”))

PDV<sub>4-L</sub> [ALOC] : ( VERDADEIRO (“após a derrota, companheiros procuram animar/incentivar o derrotado”))

Percebemos que, assim como nos casos de *discurso relatado*, o fenômeno da *negação* não contribui aqui isoladamente para projetar *vozes coletivas*, sendo necessário que, no *corpus*, haja pistas de que o alocutário seja uma coletividade.

Nos pronunciamentos, isso é notadamente sugerido pelos vocativos iniciais: Collor se dirige a uma certa “gente amiga do Brasil” e Lula a os seus “companheiros” e “companheiras”, além das autoridades presentes na cerimônia, a “trabalhadores” e “trabalhadoras” e às pessoas que dividiam com ele o parlatório. Poderíamos, então, reescrever os mesmos PDVs atribuindo-os a uma coletividade:

PDV<sub>2-L</sub> [COL] : ( VERDADEIRO (“Lula fez promessas de campanha absurdas/impossíveis de serem cumpridas”))

PDV<sub>3-L</sub> [COL] : ( VERDADEIRO (“Lula não vai cumprir tudo o que prometeu”))

PDV<sub>4-L</sub> [COL] : ( VERDADEIRO (“após a derrota, companheiros procuram animar/incentivar o derrotado”))

É interessante pontuar que, hierarquicamente sobrepostos a esses PDVs, temos PDVs do locutor que os refutam (ou seja, cujo julgamento que o integra é “FALSO”):

PDV<sub>2b-L</sub> [LOCUTOR] : (FALSO (PDV<sub>2-L</sub>))

PDV<sub>3b-L</sub> [LOCUTOR] : (FALSO (PDV<sub>3-L</sub>))

PDV<sub>4b-L</sub> [LOCUTOR] : (FALSO (PDV<sub>4-L</sub>))

Além da análise que aqui descrevemos, referentes aos trechos (L5), (L6) e (L25), encontramos fenômeno de *negação total* relacionados à projeção de *voz coletiva* cuja concretização tem a contribuição do termo “não” nos trechos (L8), (L12), (L14), (L26), (L28), (L36) e (L38) e do termo “nenhum” nos trechos (L4) e (L29).

O mesmo tipo de fenômeno de *negação total*, com todas as propriedades que até aqui descrevemos, se manifesta nos casos de MAS<sub>SN'</sub>, noção que provém de clássico estudo de

<sup>39</sup> Esse tipo de interpretação por ausência de indícios contrários é o que a ScaPoLine chama de raciocínio por default (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 24). A proposta escandinava é baseada em estudo de Reiter (1980).

Anscombe e Ducrot (1977), no qual se distinguem dois usos do “mas” em francês: o  $MAS_{SN}$ , equivalente ao “sino” do espanhol e ao “sondern” do alemão, e o  $MAS_{PA}$ , equivalente ao “pero” do espanhol e ao “aber” do alemão.

Tendo em conta que essa distinção foi depois estendida ao português por Ducrot e Vogt (1980 [1979]), não nos surpreende que o  $MAS_{SN}$  apareça em nosso *corpus*, e apareça justamente entre os casos de *negação total*, uma vez que Anscombe e Ducrot já haviam notado que tal uso do “mas” é “sempre um prolongamento de uma *negação polêmica*”, introduzindo em seguida uma “retificação a uma asserção [...] refutada” (Anscombe; Ducrot, 1977, p. 28).<sup>40</sup> Essa característica difere substancialmente do  $MAS_{PA}$ , que relacionaremos adiante à *negação parcial*, sendo inclusive possível, no caso do  $MAS_{SN}$  – e somente nele –, acrescentar a expressão “ao contrário” após o “mas”, sem alterar a orientação argumentativa do enunciado (Anscombe; Ducrot, 1977, p. 34).

Podemos tomar como exemplo a sequência de trechos (C8)-(C9), retirada do pronunciamento de Collor:

(C8) e chegamos para cumprir uma missão ... para cumprir um mandato ... que *não pertence* ... a uma pessoa ... na figura do presidente da República ... que *não pertence* ... somente a um partido ... (C9) *mas* pertence a Todo o Brasil ... que deseja estar uNdo neste momento ... para que possamos retirar a nação brasileira ... desta angústia ... e do trágico cotidiano ... com que se debate milhões e milhões de brasileiros ...

Aqui, a *negação polêmica* novamente contribui para projetar um PDV que será refutado pelo locutor. Mais uma vez, na ausência de outras indicações, podemos atribuir esse PDV ao alocutário, que, como já vimos, é um ser coletivo:

$PDV_{3c}$  [COL] : (VERDADEIRO (“O mandato de presidente pertence somente a uma pessoa e a um partido”))<sup>41</sup>

E, novamente, um PDV do locutor se sobrepõe hierarquicamente a esse PDV coletivo, refutando-o. Podemos nos perguntar: o que, então, faz o  $MAS_{SN}$ ? Como pontuam Anscombe e Ducrot, o  $MAS_{SN}$  oferece, além da refutação, uma retificação. Em nossos termos, ele contribui para projetar um segundo PDV do locutor:

$PDV_{3b-c}$  [LOCUTOR] : (FALSO (  $PDV_{3c}$  ))

$PDV_{3c-c}$  [LOCUTOR] : (VERDADEIRO (“O mandato de presidente pertence a todo o Brasil”))

<sup>40</sup> No original: “nous poserons que SN est toujours le prolongement d’une négation polémique, et qu’il introduit la rectification d’une assertion p’ refusée” (Anscombe; Ducrot, 1977, p. 28). Tradução própria.

<sup>41</sup> Note-se que, nesse caso, é possível desmembrar o PDV em dois: um que julga verdadeiro que “O mandato de presidente pertence somente à uma pessoa (na figura do presidente da República)” e outro que julga verdadeiro que “O mandato de presidente pertence somente a um partido”. Por esse motivo, consideramos aqui – em nossa análise quantitativa – dois casos de projeção de voz coletiva.

Além da referida sequência de trechos, identificamos no *corpus* a *negação total* cuja concretização tem a contribuição explícita do MAS<sub>SN</sub> associada à projeção de *voz coletiva* no trecho (L2), e de forma implícita<sup>42</sup> nos trechos (L16), (L33) e (L39).

#### 4.2.2. *Negação parcial*

Em oposição à *negação total*, ancoramos a noção de *negação parcial* nas propostas de Carel (2014). Ao revisar a descrição do MAS<sub>PA</sub> realizada por Anscombe e Ducrot (1977), a autora conclui que, em muitos casos (os casos de MAS<sub>PA</sub> e outros não previstos pelos autores), o “mas” contribuiu para projetar uma *negação parcial* da “riqueza argumentativa” do segmento que o antecede. Em outras palavras, nesses casos, o termo “mas” não pode ser associado a uma *negação total* seguida de retificação de seu antecessor: o que ele faz é atuar para restringir, no enunciado, a possibilidade de se inferir certas conclusões de segmento antecedente que, em outros contextos linguísticos, poderiam ser inferidas.<sup>43</sup>

Como mencionamos, encontramos em nosso *corpus*, sete casos de *negação parcial* que contribuem para a projeção de *vozes coletivas* – todos no pronunciamento de Lula. Cinco desses casos tiveram como artifício o termo “mas” (sequências de trechos (L3)-(L4), (L12)-(L14), (L28)-(L29) e (L35-L36)<sup>44</sup> e trecho isolado (L18)), sendo que em duas incidências, o “mas” foi seguido da expressão “ao mesmo tempo” (sequências (L3)-(L4) e (L12)-(L14)). Os outros dois casos que identificamos tiveram como artifício os termos “entretanto” (sequência (L22)-(L23)), bastante semelhante ao “mas”, e, mais surpreendentemente, o binômio “menos ... mais” ((L19)).

A sequência (L35-L36) nos parece um interessante caso de “mas” isolado:

(L35) meus agradecimentos à imprensa ... que TANto perturbara a minha tranquilidade ... nessa campanha ... e nesses dois meses ... (L36) sem a/ *mas* sem a qual ... a gente não consolidaria ... não iria consolidar a democracia no país ...

Nota-se na transcrição que Lula inicia o trecho (L36) sem o “mas”. Ele, no entanto, trunca a fala e, retomando-a, acrescenta o termo. Como aponta Carel, esse “mas” não realiza

<sup>42</sup> Consideramos incidências do MASSN implícito os casos em que a negação polêmica tem como cotexto posterior uma retificação do PDV refutado pelo locutor.

<sup>43</sup> A autora assim se refere à questão: “Reterei dos estudos de Ducrot a ideia de que existe toda uma família de usos de ‘A mas B’ na qual o locutor limita a riqueza argumentativa de A. Mas irei um pouco mais longe que ele e, em vez de dizer que uma das argumentações evocáveis por A é aceita sem ser utilizada, direi, me inspirando em Anscombe (1985), que essa argumentação é rejeitada. Não que o locutor rejeite todo a significação de A, mas ele faz, de certa forma, uma seleção: rejeita uma parte da significação de A (a argumentação em questão) e retém outra parte da significação. Resumirei isso dizendo que o locutor nega parcialmente o primeiro segmento” (Carel, 2014, p. 148). No original: “Je retiendrai des études de Ducrot qu'il existe toute une famille d'emplois de ‘A mais B’ dont le locuteur limite la richesse argumentative de A. Mais j'irai un peu plus loin que lui et, au lieu de dire qu'une des argumentations évocables par A est accordée sans être utilisée, je dirai, m'inspirant de Anscombe (1985), que cette argumentation est rejetée. Non que le locuteur rejette toute la signification de A, mais il fait en quelque sorte le tri: il rejette une partie de la signification de A (l'argumentation en question) et retient une autre partie de la signification. Je résumerai cela en disant que le locuteur nie partiellement le premier segment” (Carel, 2014, p. 148). Tradução própria.

<sup>44</sup> Elencamos aqui algumas sequências de trechos e não apenas o trecho onde o “mas” aparece por considerar que é a partir do conjunto – e sobretudo a partir do segmento anterior ao “mas” – que o PDV cuja origem é uma voz coletiva se projeta. O mesmo se aplica ao caso do termo “entretanto”.

uma *negação* completa do segmento que o antecede, mas apenas de uma parte do que poderíamos extrair dele. Que parte? Em muitos casos, isso depende de inferência do analista.

Quando Lula afirma que a imprensa o perturbou durante a campanha, poderíamos talvez concluir que ele não teria os veículos de comunicação em boa conta a ponto de os agradecer. No entanto, ao acrescentar, após o “mas”, que a imprensa foi importante para consolidar a democracia, a conclusão anterior fica prejudicada. Assim, o “mas” não está relacionado à *negação*, por parte do locutor, de que a imprensa o incomodou – isso é ratificado –, mas relaciona-se à *negação* de um PDV segundo o qual, por exemplo, a imprensa não merece agradecimentos.

Novamente, emerge a questão: a quem atribuir esse PDV? E, mais uma vez, na ausência de outros elementos, podemos defender que tal PDV seja atribuído ao alocutário, com quem o locutor dialoga e a quem, nesse caso, se antecipa. Sendo, como já vimos, o alocutário do pronunciamento de Lula um ser coletivo, temos:

$\text{PDV}_{5\text{-L}} \text{ [COL]} : (\text{VERDADEIRO} ("A \text{ imprensa} \text{ não merece a consideração/agradecimento de Lula"))$

A esse PDV podemos sobrepor o PDV do locutor, negando-o:

$\text{PDV}_{5b\text{-L}} \text{ [LOCUTOR]} : (\text{FALSO} (\text{PDV}_{5\text{-L}}))$

Como em todos os casos vistos até aqui, o fenômeno da *negação parcial* não contribuiria, sozinho, para a projeção de uma voz *coletiva*, tendo sido necessárias evidências de que o alocutário é uma coletividade.

Vejamos agora o caso mais, digamos, peculiar de *negação parcial*, ou seja, o caso concretizado com o auxílio do binômio “menos ... mais”:

(L19) cuiDAR da educação ... cuiDAR da saúde ... faZER a reforma agrária ... cuiDAR da previdência social ... e acaBAR com a FOme neste país: ... são compromissos *ME*nos programáticos ... e *mais* ... compromisso moRAL e ético ... que eu quero assumir ... aQUI nessa tribuna ...

Da forma como o enunciado se organiza, o locutor não nega que os cuidados inicialmente citados sejam compromissos programáticos, mas nega que o aspecto programático de tais compromissos predomine em relação ao aspecto moral e ético. Assim, podemos propor que o fenômeno contribui para projetar um PDV que, na ausência de indicações contrárias, é atribuído ao alocutário (coletivo) representado da seguinte forma:

$\text{PDV}_{6\text{-L}} \text{ [COL]} : (\text{VERDADEIRO} ("Os compromissos de Lula em relação à educação, à saúde, à reforma agrária, à previdência e ao combate à fome são essencialmente/predominantemente programáticos"))$

Novamente, a esse PDV podemos sobrepor o PDV do locutor, negando-o, ao mesmo tempo em que oferece uma retificação:

$\text{PDV}_{6b\text{-L}} \text{ [LOCUTOR]} : (\text{FALSO} (\text{PDV}_{6\text{-L}}))$

PDV<sub>6c-L</sub> [LOCUTOR] : (VERDADEIRO (“Os compromissos de Lula em relação à educação, à saúde, à reforma agrária, à previdência e ao combate à fome são essencialmente/ predominantemente morais e éticos”))

Antes de encerrar esse tópico, vale salientar que, nos casos que analisamos, o fenômeno da *negação* projetou uma oposição entre o locutor e a *voz coletiva*. Isso os difere dos casos de *discurso relatado*, que dependeria de outros fatores para depreendermos se o locutor e a *voz coletiva* são opositores ou aliados.<sup>45</sup>

#### 4.3 *Esteio de PDV*

Encontramos em nosso *corpus* 8 incidências do fenômeno que chamamos de *esteio de PDV*. Tal fenômeno ocorre quando, no enunciado, há explicitamente um termo ou uma expressão que realça uma asserção (ou uma negação) pela qual o locutor se responsabiliza. Assim como as *negações*, quase todos os casos foram identificados no pronunciamento de Lula: 7 das 8 incidências.

Diferentemente do que se possa pensar à primeira vista, a despeito do realce explícito, o *esteio* não reforça o PDV do locutor. Pelo contrário, ao indicar que tal PDV carece de um apoio, o fenômeno projeta um segundo PDV que, em certa medida, polemiza com o primeiro: se não o nega, ao menos o coloca em dúvida. Tomemos o seguinte caso, retirado do pronunciamento de Lula:

(L12) eu *estou convencido* ... que HOje não TEM no Brasil ... NEnhum brasiLElro ou brasileira ... mais conheceDOR da realidade:: ... e das dificuldades que vamos enfrentar

Aqui projeta-se, inicialmente o PDV do locutor:

PDV<sub>7b-L</sub> [LOCUTOR] : (VERDADEIRO (“Lula sabe como ninguém da realidade e da dificuldades que vai enfrentar”))

Tal PDV já se teria projetado sem a presença do *esteio*. O que o *esteio*, concretizado com a contribuição da expressão “*estou convencido*”, faz é indicar que esse primeiro PDV não é consensual, que há sobre ele uma polêmica, que ele pode (ou não) ser falso. Da mesma forma que na *negação*, consideramos ser possível atribuir esse PDV que não é o do locutor, na ausência de outros indícios, ao alocutário – que, como já repetimos algumas vezes, no caso de nosso *corpus*, é um ser coletivo. Com isso, temos:

<sup>45</sup> Se compararmos as ocorrências de discurso relatado com as de negação, poderíamos dizer ainda que as primeiras – aparentemente, em contraste com as segundas – se abrem a uma polêmica entre locutores, caso o discurso tenha o estilo direto. Isso corrobora os estudos de Nascimento (2020, p. 285), que já havia associado a *voz coletiva* à presença de “locutores coletivos” no enunciado. Caso, aliás, adotássemos a noção de locutor de Nascimento, que classifica com esse termo tanto o ser que é origem de discurso relatado em estilo direto como em estilo indireto (este último chamado por nós de terceiro), poderíamos mesmo supor que, enquanto nas ocorrências de discurso relatado a coletividade está relacionada a locutores, nas de negação a coletividade se relaciona a enunciadores.

PDV<sub>7-L</sub> [COL]: ( POSSÍVEL (“Lula não sabe da realidade e da dificuldades que vai enfrentar”) )<sup>46</sup>

Outro exemplo de *esteio* – um tanto mais discreto – está no seguinte trecho do pronunciamento de Collor.

(C11) juro a vocês .. diante do altar das minhas convicções ... que ao lado do povo brasileiro ... da sociedade civil organizada ... nós haveremos SI::M minha gente ... de reconstruir o NOSSO paÍs para recupeRARmos a confiança ... no seu verdadeiro destino ...

Aqui projeta-se, mais uma vez um PDV do locutor:

PDV<sub>4b-C</sub> [LOCUTOR]: ( VERDADEIRO (“haveremos de reconstruir o Brasil para recuperar sua confiança em seu verdadeiro destino”))

E novamente o *esteio*, concretizado com a contribuição do termo “sim”, sugere que o PDV do locutor não é consensual, atuando para projetar um PDV que o põe em dúvida. Considerando que, mais uma vez, esse PDV pode ser atribuído a um alocutário coletivo, temos:

PDV<sub>4-C</sub> [COL]: ( POSSÍVEL (“não haveremos de reconstruir o Brasil para recuperar sua confiança em seu verdadeiro destino”))

Notamos que os casos de *esteio* também necessitaram estar coordenados com a projeção de um ser coletivo (nos casos analisados, o alocutário) para que pudessem atuar no sentido de projetar uma *voz coletiva*.

Destacamos ainda que aqui notamos, entre a *voz coletiva* e a voz do locutor, um distanciamento, mas não tão forte quanto a rejeição que verificamos nos casos relacionados ao fenômeno da *negação*.

Além de “estou convencido” e “sim”, presentes nos casos analisados, os artifícios identificados no *corpus* que contribuíram para concretizar o fenômeno do *esteio* de PDV foram: “eu tenho a certeza e a convicção” (trecho (L4)), “posso afirmar” ((L15)), “podem ter a certeza mais absoluta que um ser humano pode ter” ((L28)), “quero que vocês carreguem também a certeza” ((L29)) e – o que nos pareceu bastante significativo – “eu tenho fé em Deus” ((L32)). Ademais, a expressão “estou convencido” apareceu não apenas no citado trecho (L12), mas também em (L13).<sup>47</sup>

<sup>46</sup> Ressaltamos o acréscimo da negação ao conteúdo estabilizado deste PDV. Se quisermos detalhar melhor a representação, poderíamos considerar que, sobreposto ao PDV do locutor, haveria um PDV de origem incerta que o consideraria “falso”, e a esse segundo PDV estaria sobreposto um terceiro, cuja origem seria o alocutário, julgando-o “possível”.

<sup>47</sup> Gostaríamos de observar que o que verificamos em nosso *corpus* sobre o fenômeno do *esteio* diverge de certas proposições de Berrendonner acerca do “fantasma da verdade”. Retomando o raciocínio de Berrendonner podemos nos perguntar: qual seria a diferença entre um enunciado assertivo, como o do trecho (C2], e outro similar, mas que contivesse a expressão “na minha opinião” em seu princípio? Para Berrendonner, a asserção em (C2] projetaria um PDV cuja origem seria uma voz consensual, enquanto o acréscimo de “na minha opinião” limitaria a origem ao locutor. Já de acordo com nossas observações, a asserção em (C2] projeta um PDV cuja origem é exclusivamente o locutor, enquanto o acréscimo de “na minha opinião” manteria o PDV exclusivo do locutor, mas, ao encenar uma polêmica, projetaria um segundo PDV, atribuído, na ausência de outros indícios, ao alocutário, para quem o PDV do locutor é duvidoso.

#### 4.4 Pressuposição

Como dissemos, neste trabalho abordamos apenas as *pressuposições* cuja concretização está relacionada a verbos. Em nosso *corpus*, identificamos, ao todo 11 incidências (quatro no pronunciamento de Collor e sete no pronunciamento de Lula) de projeções de *vozes coletivas* a partir desse fenômeno. Tomemos com exemplo o trecho (C2):

(C2) a transição demoCRÁtica ... se *completa* neste insTANte ... com a posse de um presidente da rePÚblica ... eleito pelo voto diREto da maiRla do povo brasileiro ...

Aqui, o verbo “completar” instaura um pressuposto segundo o qual “a transição democrática não estava finalizada”, contribuindo para projetar um PDV com esse conteúdo estabilizado.

Podemos confirmar que “a transição democrática não estava finalizada” é pressuposto de (C2) por meio dos clássicos testes da transposição para a interrogação e para a negação, segundo os quais a *pressuposição* se mantém inalterada nesses casos, a despeito da alteração no posto. É o que se verifica: tanto o enunciado “a transição democrática se completa neste instante?” como o enunciado “a transição democrática não se completa neste instante” preservam a ideia de, até ao menos “este instante”, não havia chegado ao fim tal transição.

Da forma como (C2) é construído, o pressuposto surge como algo dado, acordado por um determinado grupo, que pode incluir, em uma hipótese maximalista, toda a coletividade que vivia aquele momento ou, em uma hipótese minimalista, ao menos o locutor e o alocutário.<sup>48</sup> É isso que nos leva a atribuir tal PDV a uma coletividade:

PDV<sub>5-C</sub> [COL]: (VERDADEIRO (“a transição democrática não estava finalizada”))

Destacamos que aqui, diferentemente dos casos já vistos, a *pressuposição* atua para congregar a voz do locutor e do alocutário. E, também diferentemente dos casos de *discurso relatado, negação e esteio de PDV*, a origem coletiva independe de alocutários coletivos ou de terceiros coletivos. Se a mesma frase de (C2) fosse enunciada em conversa particular do presidente, com um único interlocutor, e mesmo que tal unicidade do interlocutor se manifestasse explicitamente em um vocativo usado por Collor, a ideia de que “a transição democrática não estava finalizada”, surgiria como algo dado, acordado e, consequentemente, de origem coletiva (no caso hipotético, origem dupla).

É verdade que certos verbos (ausentes de nosso *corpus*) instauram pressupostos que não são, necessariamente, consensuais ou acordados entre locutor e alocutário. É o caso, como bem notou Berrendonner (1981, p. 45-46), do verbo *prétendre* (“alegar”). Mas o que nos interessa, para definirmos as categorias de análise que apresentamos a seguir, é que a *pressuposição*, em certos casos, é capaz de projetar acordos entre locutor e alocutário ou mesmo um consenso. E que tal fenômeno é capaz de contribuir com a projeção de uma *voz coletiva* independentemente de haver alocutário coletivo ou de terceiro coletivo.

Em nosso *corpus*, além de “completar”, encontramos, atuando como artifícios que contribuem para a projeção de PDVs de origem coletiva, os seguintes verbos: “reconstruir”

<sup>48</sup> Em nossa quantificação, adotamos por precaução, nos casos em que há certa ambiguidade como essa, a hipótese minimalista.

(trecho (C11)), “encontrar” ((C16)), “recuperar” (duas vezes no trecho (L6)), “tentar” ((L17)), “continuar” (uma vez em (L25) e duas em (L26)) e “começar” ((L31)). Consideramos também, em nossa contabilização, o futuro composto do verbo “nortear” marcado pela forma “haverá de” ((C3)).

A seguir, apresentamos, finalmente, nosso esboço para uma tipificação de *vozes coletivas*.

## 5 Resultado: o esboço para uma tipificação de *vozes coletivas*

O trajeto de pesquisa aqui relatado nos levou à elaboração de um esboço dinâmico para uma tipificação de *vozes coletivas*. A dinamicidade busca evidenciar características dessas vozes que, conforme dissemos na Introdução, mostraram-se variantes durante a observação.

De forma geral, nosso modelo considerou:

- (a) a natureza prévia ou enunciativa da *voz coletiva*;
- (b) no caso da *voz coletiva* construída na e pela enunciação (nossa foco):
  - (i) o tipo de fenômeno que contribui para sua projeção;
  - (ii) a sua independência ou dependência (de alocutário ou de terceiro coletivo);
  - (iii) a inclusão ou exclusão (polêmica ou não) de locutor, alocutário e terceiro.

Com isso, chegamos ao Quadro 4 (*próxima página*). Ressaltamos que tal quadro é ainda um esboço, razão pela qual acrescentamos “etc (...)” a algumas listas, deixando-as flexíveis e abertas a novas categorias que possam ser acrescentados a partir do exame de outros *corpora*.

Mais uma vez, nossa representação é inspirada em autores que adotam uma abordagem sistêmico-funcional. Nela, as chaves “[” indicam “e” e, como já dissemos, os colchetes “[” indicam “ou”.<sup>49</sup>

Assim, com base sobretudo na revisão bibliográfica que fizemos, propomos que a *voz coletiva* seja inicialmente classificada como: (a) prévia à enunciação ou (b) construída na e pela enunciação. Uma voz não pode ser classificada simultaneamente das duas formas, devendo-se escolher entre uma ou outra – justificando o primeiro colchete do quadro.

A voz prévia, por sua vez, pode ser classificada em subtipos como (a) lexical, conforme Anscombe (2005, 2009, 2010) ou (b) outra categoria ainda não prevista (lista aberta). Já a voz construída na e pela enunciação pode ser classificada simultaneamente (a) quanto ao fenômeno enunciativo que contribui para sua projeção e (b) quanto à amplitude. Essa simultaneidade é representada pela chave.

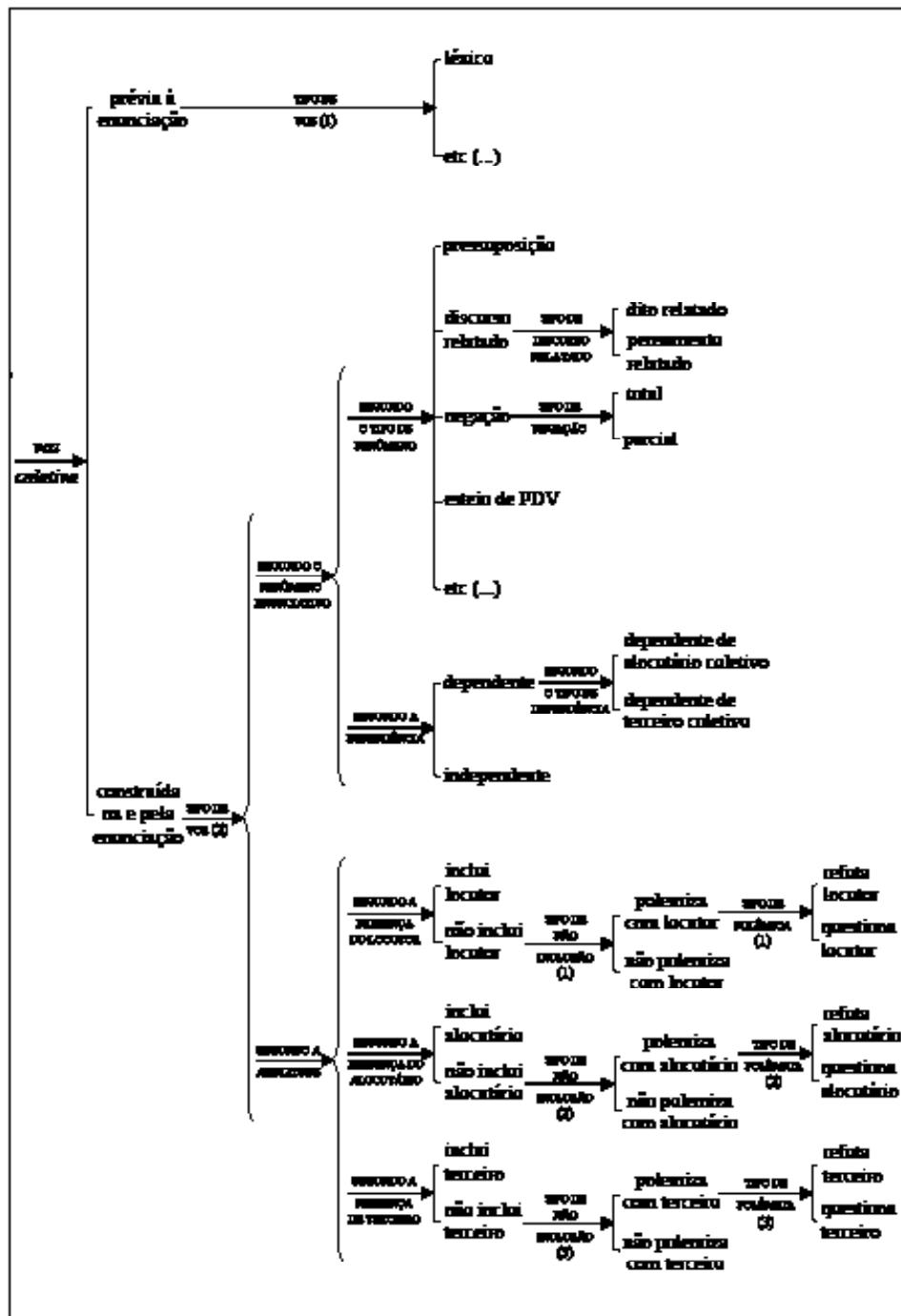
Tais categorias de vozes enunciativas estão baseadas tanto em nossa observação do *corpus* como nas reflexões de Berrendonner (1981), Anscombe (2005, 2009, 2010), Nølke, Fløttum e Norén (2004) e Nascimento (2020), que indicam a possibilidade de se observar, paralelamente ao fenômeno que contribui para sua projeção da *voz coletiva*, quem são os seres discursivos que integram essa voz.

Quanto ao fenômeno enunciativo, nossa proposta apresenta as seguintes classificações simultâneas: (a) tipo de fenômeno e (b) dependência. O tipo de fenômeno pode corresponder a *pressuposição*, *discurso relatado* (*dito relatado ou pensamento relatado*), *negação* (*total ou*

<sup>49</sup> Uma boa descrição mais ampla das convenções usadas por funcionalistas está em Farhat (2025, p. 32-35).

*parcial) ou esteio de PDV, com o “etc” indicando, novamente, lista aberta. Quanto à dependência, a voz pode ser, como nossa análise sugeriu, independente ou dependente (de alocutário coletivo ou terceiro coletivo).*

Quadro 4 – Esboço para uma tipificação de *vozes coletivas*



Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, em relação à amplitude, tendo em vista as diferentes relações entre *voz coletiva* e locutor que observamos no *corpus*, mas considerando a possibilidade de haver tal variação também em relação a outros seres discursivos, propomos uma classificação simultânea segundo a presença de locutor, de alocutário e de terceiro.

Cada categoria é detalhada em três níveis com escolhas binárias. O primeiro nível considera a inclusão *ou* não do ser discursivo. Observamos, por exemplo, que as vozes projetadas por *pressuposição* incluíram o locutor, enquanto as associadas a *discurso relatado*, *negação* e *esteio* de PDV não o fizeram.

No caso de não inclusão, distinguimos entre não inclusão polêmica *ou* não polêmica. Por exemplo, a voz associada a *discurso relatado* com a contribuição do verbo “querer” no pronunciamento de Collor é uma não inclusão não polêmica, com o enunciado atribuindo o PDV apenas a terceiros sem contradizer o locutor. Já os casos observados de vozes associadas à *negação* e ao *esteio* de PDV são não inclusões polêmicas.

No terceiro nível, diferenciamos polêmica de refutação (como nos casos de *negação*, em que o locutor considerou “FALSO” o PDV da *voz coletiva*) *ou* polêmica de questionamento (como nos casos de *esteio*, no qual a *voz coletiva* considerou “POSSÍVEL” o inverso do PDV do locutor).

A definição coordenada dessas categorias permite testar, em futuros *corpora*, suas inter-relações sem impor, *a priori*, associações estritas. Embora algumas análises indiquem conclusões específicas (como a relação entre *pressuposição* e independência de alocutário ou terceiro coletivo), evitamos um modelo que fixe tais associações, pois elas podem, dada a extensão de nosso *corpus*, ser ilusórias. Acreditamos, assim, ter estabelecido um quadro inaugural a um só tempo complexo e flexível de categorias de análise, que serve de base para futuros estudos.

## 6 À guisa de conclusão

À guisa de conclusão, apresentamos uma breve comparação entre os pronunciamentos de Collor e Lula, concebida com função ilustrativa, para evidenciar o préstimo analítico das categorias aqui propostas.

Em nossa análise, identificamos 47 projeções de *vozes coletivas*: 9 no pronunciamento de Collor e 38 no de Lula. Em parte, essa diferença pode ser explicada pela maior extensão do pronunciamento de Lula, com 1.078 palavras (*tokens*) contra 424 palavras de Collor. Ainda assim, a proporção de incidências em relação à extensão dos pronunciamentos destaca o de Lula: enquanto tem uma extensão que corresponde 2,5 vezes o pronunciamento de Collor, as incidências nele são 5,2 vezes as de Collor.

Mas não é apenas a proporção de incidências que diferencia os pronunciamentos. A nosso ver, a diferença mais significativa está em como as *vozes coletivas* projetadas em cada um se relacionam com o locutor, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 – Amplitude da *voz coletiva* segundo a presença de locutor

	Collor		Lula	
	Total	%	Total	%
Inclui locutor	5	55,6%	8	21,1%
Não inclui locutor	4	44,4%	30	78,9%

Fonte: Elaboração própria.

Ou seja, no pronunciamento de Collor, 55,6% das incidências projetam vozes que unem o locutor à coletividade, enquanto o pronunciamento de Lula tende a excluir o locutor do interior da *voz coletiva*, o que ocorre em 78,9% dos casos. Se avançarmos nas subcategorias da exclusão, a discrepância entre os pronunciamentos se amplia:

Tabela 2 – Tipo de não inclusão de locutor na *voz coletiva*

	Collor		Lula	
	Total	%	Total	%
Polemiza com locutor	3	33,3%	30	78,9%
Não polemiza com locutor	1	11,1%	0	0,0%

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 2, vê-se que dos 4 casos de não inclusão do locutor no pronunciamento de Collor, 1 não é polêmico, restando 3 com oposição entre *voz coletiva* e locutor – 33,3% do total, contra 78,9% em Lula, que, por sua vez, projeta uma voz polêmica em todos os casos de não inclusão de locutor.

Se quisermos especificar ainda mais, chegando ao último nível de detalhamento, referente ao tipo de polêmica entre *voz coletiva* e locutor, observamos que Collor apresentou 2 casos de refutação (22,2% do total) e 1 de questionamento (11,1%), enquanto Lula teve 23 de refutação (60,5%) e 7 de questionamento (18,4%).

Percebemos, com isso, uma inversão das proporções: em Collor, a *voz coletiva* se une ao locutor em 55,6% dos casos, enquanto em Lula há oposição completa (refutação) entre tais vozes em 60,5% das incidências. De modo complementar, se em Collor a oposição completa ocorre somente em 22,2%, em Lula a união entre locutor e *voz coletiva* acontece apenas em 21,1%.

Observando a Tabela 3, podemos encontrar pistas dos fenômenos enunciativos nos quais se ampara o discrepante cenário que acabamos de descrever:

Tabela 3 – Fenômenos que contribuem para projeção de *voz coletiva* identificados no *corpus*

	Collor		Lula	
	Total	%	Total	%
Pressuposição	4	44,4%	7	18,4%
Discurso relatado	2	22,2%	1	2,6%
Negação	2	22,2%	23	60,5%
Esteio de PDV	1	11,1%	7	18,4%

Fonte: Elaboração própria.

No pronunciamento de Collor, predomina a *pressuposição*. E, embora essa não seja uma característica inerente ao fenômeno, foi exatamente a *pressuposição* que contribuiu com a construção da maior parte das *vozes coletivas* nas quais o locutor está incluído. Mais especificamente, isso foi concretizado pelos verbos “completar”, “reconstruir” e “encontrar” e pelo futuro composto de “nortear” marcado pela forma “haverá de”.

Já no pronunciamento de Lula predominam as *negações*, tendo sido, como talvez fosse de se esperar, o fenômeno que mais vezes contribui para as projeções de *vozes coletivas* que se opõem, de forma completa, ao locutor. Há, no entanto, no caso de Lula, um aspecto relevante: o uso do “mas”, com 9 incidências, superou o uso do “não”, com 8.<sup>50</sup> Isso indica que nos casos as oposições que ocorrem no pronunciamento de Lula não são simples. Basta citar que, nos casos de *MAS<sub>SN</sub>* (4 incidências) a *negação* do PDV da *voz coletiva* vem seguida de uma retificação.

Considerando ainda que todas as *vozes coletivas* no *corpus* têm a participação do alocutário, concluímos que o pronunciamento de Collor é essencialmente de identificação com seu público.

Pensamos que isso talvez funcione para que seja construído, enunciativamente, algo notado por Laclau (2013 [2005]), em sua teoria sobre o populismo. Segundo o autor, o populismo não é “um tipo de movimento identificado com uma base social especial ou com uma orientação ideológica particular”, mas uma “*lógica política*” (Laclau, 2013 [2005], p. 181), na qual deve haver a formação de um eixo de equivalências, ou seja, uma unificação discursiva de grupos heterogêneos – e consequentemente fontes de demandas heterogêneas –, em cujo prolongamento se encontraria o líder populista. E, nessa construção de equivalências, a *presuposição* parece ter lugar privilegiado.

Já o pronunciamento de Lula é caracterizado pelo confronto. No entanto, seria prematuro entendê-lo como uma espécie de avesso do pronunciamento de Collor, havendo, enunciativamente, a construção de um eixo de diferenças, contraparte, na acepção de Laclau, do eixo de equivalências.

Considerando novamente que todas as *vozes coletivas* do *corpus* incluem a participação do alocutário, notamos que o confronto de Lula não é dirigido a um inimigo “externo”, mas a quem o escuta. E, com certa frequência, seu pronunciamento apresenta uma retificação. O que parece haver, então, é um movimento retórico por parte de Lula, que, como o primeiro líder operário a chegar à presidência, busca afastar certa desconfiança, em voga à época, de que faria um governo disruptivo ou que enfrentaria dificuldades intransponíveis. Talvez por isso o uso abundante do “mas”, em detrimento do “não”, em suas oposições.

Creemos ser interessante observar que, ao contrário do que o senso comum poderia sugerir, nenhum dos dois pronunciamentos é marcado por um “nós contra eles”, tão frequentemente relacionado – por vezes, de forma apressada – ao discurso político.

Terminamos assim este brevíssimo exame, esperando ter demonstrado a relevância análtica de nosso esboço, que deve permanecer aberto a testes, revisões e aprimoramentos futuros.

## Referências

ANSOMBRE, J.-C. Thème, espaces discursifs et représentations événementielle. In: ANSCOMBRE, J.-C.; ZACCARIA, G. *Fonctionnalisme et pragmatique*. Milão: Edizioni Unicopli, 1990. p. 43-150.

ANSOMBRE, J.-C. Le ON-locuteur: une entité aux multiples visages. In: BRES, J., et al. *Dialogisme et polyphonie*. Bruxelas: De Boeck, 2005. p. 75-94.

<sup>50</sup> Nessa contabilização, não contabilizamos como casos de “não” as ocorrências em que a palavra aparece combinada com o “mas” para formar o *MASSN*.

ANSCOMBRE, J.-C. La polifonía: nociones y problemas. *Archivum - Revista de la Facultad de Filosofía y Letras*, Oviedo, Tomo 58-59, p. 21-55, 2009.

ANSCOMBRE, J.-C. Autour d'une définition linguistique des notions de voix collective et de ON-locuteur. In: COLAS-BLAISE, M., et al. *La question polyphonique ou dialogique en sciences du langage*. Metz: Université Paul Verlaine, 2010.

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. *Langages*, Paris, v.10, n.42, p. 5-27, 1976.

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. Deux mais en français? *Lingua*, Amsterdam, n. 43, p. 23-40, 1977. DOI: [https://doi.org/10.1016/0024-3841\(77\)90046-8](https://doi.org/10.1016/0024-3841(77)90046-8)

BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne: Éditions Francke, 1965 [1932].

BASTOS, A. C. V. *De quem é essa voz? Um estudo sobre as marcas de subjetividade em monografias de conclusão de curso*. 252f. Tese (Doutorado em Linguística) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

BEHE, L. et al. *Curso de semântica argumentativa*. São Carlos: Pedro & João editores, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 nov. 2023.

BERRENDONNER, A. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Minuit, 1981.

CAREL, M. *Vers une formalisation de la Théorie de l'Argumentation dans la Langue*. 251f. Tese (Doutorado em Mathématiques et Applications aux Sciences de l'Homme - Logique Linguistique). École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.

CAREL, M. *L'entrelacement argumentatif*. França: Honoré Champion, 2011.

CAREL, M. Mais, une marque de négation partielle. In: WEIDENBUSCH, W. *Diskursmarker, Konnektoren, Modalwörter*. Narr Verlag, 2014. p. 143-158.

CAREL, M. *Parler*. Campinas: Pontes, 2023.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística*. Tradução de Carlos Vogt; Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977 [1972].

DUCROT, O. Analyse de textes et linguistique de l'énonciation. In: DUCROT, O., et al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980. p. 7-56.

DUCROT, O. *O Dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987 [1984].

DUCROT, O.; VOGT, C. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980 [1979].

FARHAT, T. C. *Uma nova descrição sistêmico-funcional das relações interactanciais*. 491f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2025.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. Londres: Hodder Arnold, 2004.

LACLAU, E. *A razão populista*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013 [2005].

LESCANO, A. Para um estudo do tom. Trad. Leci Borges Barbisan. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.46, n. 1, p. 87-95, 2011 [2009]. 87-95.

NASCIMENTO, E. P. D. O fenômeno do SE-Locutor: índice de polifonia e de argumentatividade na língua e no discurso. In: PIRIS, E. L.; RODRIGUES, M. D. G. S. *Estudos sobre argumentação no Brasil hoje*. Natal: EDUFRN, 2020. p. 269-291.

NØLKE, H. *Linguistic Polyphony: The Scandinavian approach*. Hollanda: Brill, 2017.

NØLKE, H.; FLØTTUM, K.; NORÉN, C. *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. França: Éditions Kimé, 2004.

PEREIRA DA SILVA, A. M. *Contradizer as palavras: Proposta para uma descrição polifônica da noção enunciativa de tensão a partir da análise de incidências do termo “imprensa” nas lives de quinta-feira de Bolsonaro*. 284f. Tese (Doutorado em Letras - Filologia e Língua Portuguesa) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

PEREIRA DA SILVA, A. M. Tração de concepções e deslegitimação da imprensa: estratégias linguístico-enunciativas nas lives de Jair Bolsonaro. *Linha D'Água* [no prelo].

PRETI, D. *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1999 [1993].

REITER, R. A logic for default reasoning. *Artificial Intelligence*, v. 13, n. 1-2, p. 81-132. 1980.